



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

**MANAUS/AM, 31 de março de 2010.**

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

**ACIN - Autos de constatação e notificação de infração**

**BDI - Boletins de Distribuição Judicial**

**BDJ - Boletins de Decisão Judicial - BDJ**

**DELESP – Delegacia de Controle de Segurança Privada**

**DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial**

**DPF – Departamento de Polícia Federal**

**DPF/MOS/RN – Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN**

**IN – Instrução Normativa**

**IPL – Inquérito Policial**

**LOA – Lei Orçamentária Anual**

**PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**

**PEC – Plano Especial de Cargo**

**PF – Polícia Federal**

**PIB – Produto Interno Bruto**

**PIC - Prontuários de Identificação Criminal**

**PORT – Portaria**

**PPA – Plano Plurianual**

**SR – Superintendência Regional**

**REF – Registro Eletrônico de Frequência**

**RG – Relatório de Gestão**

**SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**

**SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

**SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**

**SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**

**SINARM – Sistema Nacional de Armas**

**SINIC - Sistema Nacional de Identificação Criminal**

**SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos**

**SISCART – Sistema Cartorário**

**SR/DPF/RN – Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte**

**TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UG – Unidade Gestora**

**UO – Unidade Orçamentária**

## LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<b><u>Título</u></b>	<b><u>Página</u></b>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	14
Quadro 02- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade ...	19
Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	20
Quadro 08 - Dados Gerais da Ação 2679 .....	23
Quadro 09 - Dados Requerimentos, Atendimentos NUQUIM.....	24
Quadro 10 - Estatísticas NUQUIM.....	24
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2720 .....	24
Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 2726 .....	25
Quadro 13 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações .....	26
Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8980 .....	26
Quadro 16 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo .....	28
Quadro 17 - Dados Gerais da Ação 2000 .....	28
Quadro 18 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI .....	29
Quadro 19 - Dados Gerais da Ação 8375 .....	30
Quadro 21 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	31
Grupos de Despesa .....	33
Despesa Liquidada.....	33
Exercícios .....	33
2008 .....	33
Quadro 23 - Evolução de Gastos Gerais.....	34
Quadro 25 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	35
Quadro 26 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo .....	36
Quadro 27 – Identificação de Programa de Governo .....	37
Quadro 28 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.....	38

Quadro 29 – Operações desencadeadas no Estado .....	39
Quadro 30 – Procedimentos Policiais.....	40
Quadro 34 – Procedimentos Disciplinares .....	42
Quadro 37 – Produtos Químicos.....	43
Quadro 40 – Drogas apreendidas – Kg.....	45
Quadro 41 – Passaportes e Carteiras de estrangeiros .....	46
Quadro 43 – Controle de armas .....	47
Quadro 46 – Armas novas e portes de armas .....	48
Quadro 47 – Armas Novas Registradas.....	49
Quadro 48 – Armas novas e portes de armas .....	49
Quadro 49 – Controle segurança privadas.....	49
Quadro 53 – Emissão de laudos – SETEC .....	52
Quadro 55 – Inclusões SINIC.....	53
Quadro 56 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009 .....	54
Quadro 57 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 .....	54
Quadro 58 – Efetivo da SR/AM e DPF/TBT/AM - 2007, 2008 e 2009 .....	56
Quadro 60 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 .....	58
200382 .....	58
200383 .....	58
Quadro 61 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....	60
Quadro 62 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	62
Quadro 63 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos .....	64
Quadro 64 – Cursos de capacitação.....	64
Quadro 68 – Quadro total de servidores x quadro dos servidores do plano especial de cargos.....	74
Quadro 69 – Comparativo Total de Servidores com os Servidores do PEC .....	75
Quadro 69 – Proporção Servidores total/ Servidores do PEC .....	75
Quadro 69 – Quantitativo Absoluto de Servidores do PEC .....	76

## Sumário

PARTE A – CONTEÚDO PRINCIPAL .....	10
1. Introdução .....	10
2. Objetivos e Metas.....	16
2.1 – Responsabilidades Institucionais .....	16
2.1.2 – Objetivos Estratégicos .....	17
2.2 – Estratégia de Atuação.....	18
2.3 - Gestão orçamentária e financeira.....	19
2.3.1 – Programas/Ações .....	19
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade .....	19
2.3.1.1.1 – Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional .....	20
2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....	23
2.3.1.1.3 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	24
2.3.1.1.4 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União .....	25
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	26
2.3.1.2.1 –Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal .....	26
2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo .....	28
2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....	28
2.3.1.4 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública Cidadania – PRONASCI.....	29
2.3.1.4.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento .....	30
2.4 – Desempenho Operacional .....	31
2.4.1 – Evolução das despesas.....	31
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	31
2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
41 - Contribuições.....	33
2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....	35

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo .....	36
2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	38
2.4.1.6 – Principais Operações Policiais Desencadeadas .....	39
2.4.2 – Indicadores de desempenho .....	40
2.4.2.1 – Índices de procedimentos de polícia judiciária.....	40
2.4.2.1.1 - Análise do Desempenho .....	40
2.4.2.2 - Índices de procedimentos administrativos disciplinares .....	42
2.4.2.2.1 - Análise do Desempenho .....	42
2.4.2.3 - Índices de controle e fiscalização de produtos químicos .....	43
2.4.2.3.1 - Análise do Desempenho .....	44
2.4.2.4 - Índices de apreensão de drogas ilícitas.....	45
2.4.2.4.1 - Drogas ilícitas apreendidas por Kg .....	45
2.4.2.5 – Índices de controle migratório e expedição de documentos.....	46
2.4.2.5.1 – Expedição de Passaporte e Carteiras de Estrangeiros.....	46
2.4.2.6 – Índices do Sistema Nacional de Armas –SINARM.....	47
2.4.2.6.1 – Controle de Armas e Apreensões .....	47
2.4.2.6.2 - Armas Novas e portes de armas .....	48
2.4.2.7 - Índices de controle de segurança privada.....	49
2.4.2.7.1 - Análise do Desempenho .....	50
2.4.2.8 – Índices da área de periciais e identificação criminal .....	52
2.4.2.8.1. – Laudos emitidos.....	52
2.4.2.8.2 – Inclusões no Sistema Nacional de Identificação Criminal – SINIC.....	53
11.1 – Recomendações da CGU .....	60
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU.....	62
14.1 – Capacitação de servidores .....	64
14.2 – Projetos em andamento .....	67
14.2.1 – Nova Base Anzol .....	67
14.3 – Atos voltados à Gestão Participativa .....	68
14.3.1 – Portarias .....	68



14.3.2 – Instruções de Serviços .....	69
14.4 – Diretrizes da SR/DPF/AM .....	69
14.5 – Arrecadação da área administrativa .....	71
14.6 – Deficiência de pessoal.....	73
PARTE B - INFORMAÇÕES GERAIS DA GESTÃO .....	72
15. Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	76

## PARTE A – CONTEÚDO PRINCIPAL

### *Introdução*

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande Norte no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

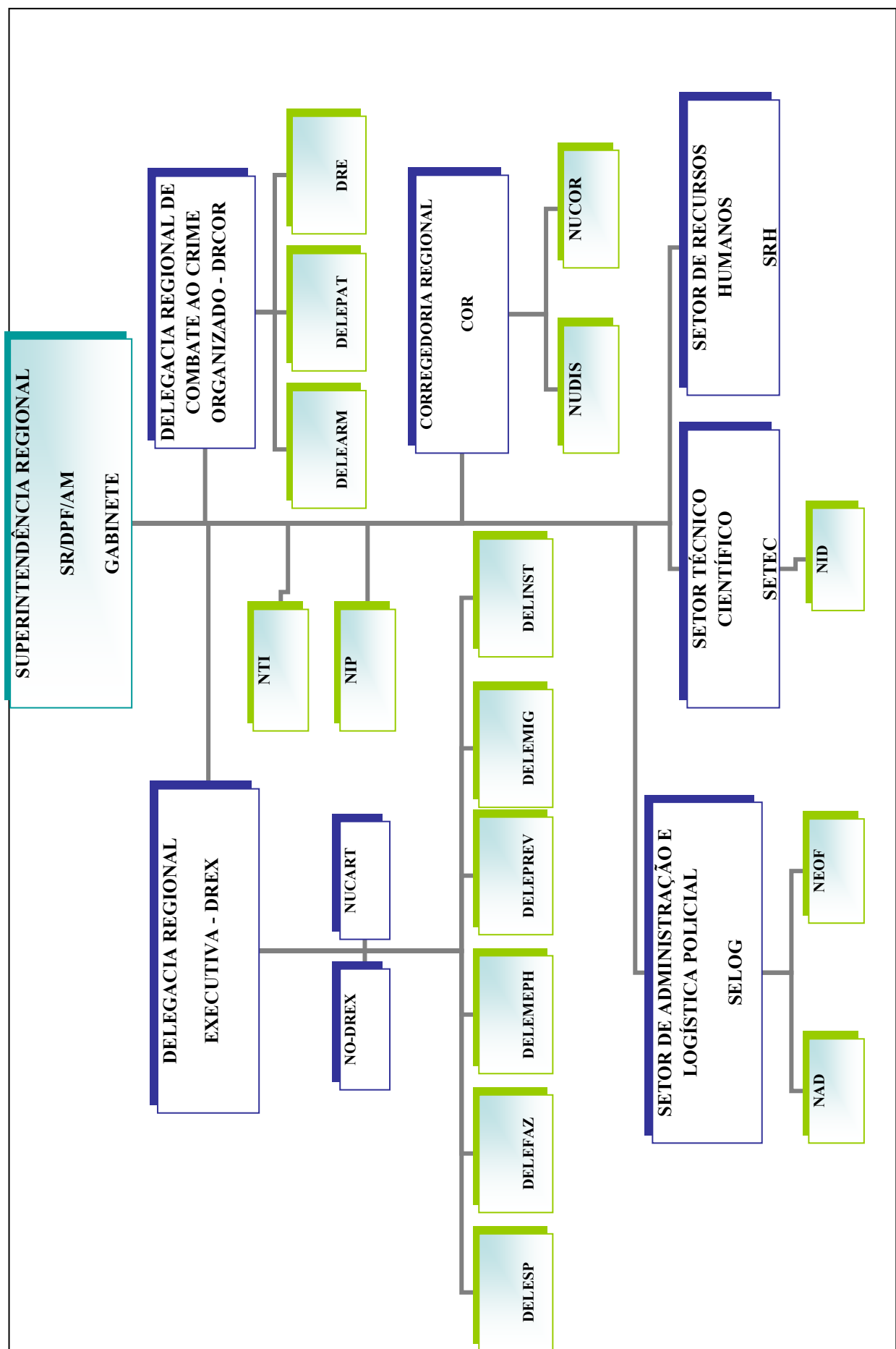
O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas está estruturada em cinco (05) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, uma Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga, três (03) Postos Avançados em São Gabriel da Cachoeira, Tefé e Santo Antônio do Iça (Base Garatêia).

Compõe a estrutura da Superintendência Regional, o **Gabinete** composto por **quatro (04) Setores** (Setor de Comunicação Social, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial) e **quatro (05) Núcleos** (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo Administrativo e Núcleo de Identificação), a **Delegacia Regional Executiva**, composta por nove (06) Delegacias Especializadas e dois (02) Núcleos (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Núcleo Operacional, Núcleo de Cartório; a **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**, composta por três (03) especializadas quais sejam, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas; a **Corregedoria Regional de Polícia**, composta pelos Núcleos de Correições e Disciplina; e por fim a **Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga**.

## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SR/DPF/AM**



O Amazonas, maior Estado do país, ocupa posição geoestratégica de grande relevância nos cenários internacional e nacional. Internacionalmente, o Estado faz fronteira com a Colômbia, país que trava uma longa guerra civil contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Fasc's – abriga bases militares norte-americanas, além de ser o maior produtor de cocaína do mundo. O Amazonas faz fronteira ainda com o Peru, segundo maior produtor mundial de cocaína e com a Venezuela que passa por sérios problemas de ordem econômica, social e política.

No plano nacional, faz divisa com os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Roraima. O Amazonas é um dos poucos estados brasileiros que não possuem litoral, mas possui a maior bacia hidrográfica e o maior rio do mundo, a Bacia Amazônica e o rio Amazonas. O nome *Amazonas* é de origem indígena, da palavra amassunu, que quer dizer "ruído de águas, água que retumba". Foi originalmente dado ao rio que banha o Estado pelo capitão espanhol Francisco Orelhana, quando, ao descê-lo em todo o seu comprimento, em 1541.

Possui uma população de aproximadamente 3.000.000 de habitantes dos quais cerca de 1.700.000 pessoas residem no município de Manaus, a capital do Estado. Segundo dados da Funai, o Estado possui cerca de 108.000 indígenas divididos em 65 etnias.

A economia baseia-se na indústria, no extrativismo, inclusive de petróleo e gás natural, mineração e pesca. Com relação ao extrativismo, grande impulso na vida econômica e na colonização da região amazônica foi dado com a exploração do látex, durante o ciclo da borracha. Pesquisa promovida pela Federação da Indústria de São Paulo (Fiesp) e publicada no jornal Folha de São Paulo, revela que o Amazonas é o segundo melhor lugar do Brasil para a instalação de um novo empreendimento.

Os problemas que atualmente assolam o Amazonas estão interligados. Em primeiro lugar, grande parte da população não teve acesso à educação básica, que lhe permitisse ingressar no mercado de trabalho ou desenvolver adequadamente seus negócios próprios. O pouco esclarecimento dos chefes de família, a falta de recursos financeiros e a não organização do Estado para dar educação a todos fez que grande contingente da população não alcançasse o nível de educação desejado.

Em Manaus, vários bairros surgiram de invasões de terra causadas por famílias sem moradia e a cidade cresceu, em grande parte, desordenadamente, principalmente nas regiões leste e norte da cidade, agravando os problemas pela concentração da pobreza em bairros de posseiros, onde grassam os problemas com alcoolismo, criminalidade e consumo e tráfico de entorpecentes. Este último em grande parte, em razão de o Estado fazer fronteira com os maiores produtores de cocaína do mundo.

Assim, nesse aspecto, o Amazonas figura como uma das principais “portas” de entrada desse entorpecente no país a partir do qual são abastecidos as regiões sudeste e sul, principalmente, além de a partir destas e do nordeste serem “exportadas” para EUA e Europa.

Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, a Superintendência Regional no Amazonas, juntamente com a Delegacia de Polícia Federal de Tabatinga/AM realizou 16 (desesseis) operações policiais, resultando no cumprimento de 53 (cinquenta e três) mandados de busca e apreensão e 287 (duzentos e oitenta e sete) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 1.328 (um mil, trezentos e vinte e cinco) Inquéritos Policiais, sendo relatados 925 (quinhentos e trinta e cinco), ficando em aberto (em andamento) 403 (seiscentos e doze) inquéritos pela SR/AM e DPF/TBT/AM.

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.

## 1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

**Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora</b>			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas			
<b>Denominação abreviada:</b> Polícia Federal no Amazonas			
<b>Código SIORG:</b> 1140	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b> 200382
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(092) 3655-1515	(092) 3655-1517	(092) 3655-1505
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:gab.sram@dpf.gov.br">gab.sram@dpf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Domingos Jorge Velho, 40 – Bairro Dom Pedro II – Planalto, Manaus /AM – CEP 69042-470			
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada</b>			
<b>Nome</b>		<b>Situação</b>	<b>Código SIORG</b>
Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga		Ativa	70193
<b>Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada</b>			
<b>Número de Ordem:</b> 01			
<b>Denominação completa:</b> Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Amazonas			
<b>Denominação abreviada:</b> FUNAPOL – AM			
<b>Código SIORG:</b> Não se aplica	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b> 200383
<b>Situação:</b> Ativa			

<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(092) 3655-1515	(092) 3655-1517	(092) 3655-1505
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:gab.sram@dpf.gov.br">gab.sram@dpf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal</b> Av. Domingos Jorge Velho, 40 – Bairro Dom Pedro II – Planalto, Manaus /AM – CEP 69042-470			
<b>Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada</b>			
<b>Número de Ordem:</b>			
<b>Denominação completa:</b>			
<b>Denominação abreviada:</b>			
<b>Código SIORG:</b> Não se aplica	<b>Código LOA:</b> Não se aplica		<b>Código SIAFI:</b>
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b>
<b>Telefones/Fax de contato:</b>			
<b>Endereço eletrônico:</b>			
<b>Página da Internet:</b>			
<b>Endereço Postal:</b>			
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>			
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p><b>SR/DPF/AM:</b></p> <p>- Decreto 56.510, de 28/06/65, DOU 138, de 22/07/65 cria a Delegacia Regional “C” no Amazonas;</p> <p>- Portaria 527/64, BS. 245, de 24/12/64</p> <p>- Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 - Transforma a Delegacia Regional no Amazonas em Superintendência.</p> <p><b>FUNAPOL:</b> - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>			
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p>			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>			

## 2. Objetivos e Metas

### 2.1- Responsabilidades Institucionais

A Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Rio Grande do Norte.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabem, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964 e Lei 12.037/2009); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal, podemos concluir que o papel desta Unidade é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição, sendo responsável pela execução das ações da PF na esfera Estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa. Suas atribuições estão assim definidas:

- Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;



- Administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Tabatinga/AM (DPF/TBT/AM), em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- Propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Amazonas, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- Executar operações policiais relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da PF, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/RN e da DPF/TBT/AM.

### **2.1.2 – Objetivos Estratégicos**

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- Melhoria da Gestão;
- Combate à Corrupção;
- Combate ao Narcotráfico;
- Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- Inserção Internacional;
- Combate aos Crimes Cibernéticos.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é *“Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”*

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é *“Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”*

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Natal atuou mais notadamente no tráfico de entorpecentes, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

## 2.2 – Estratégia de Atuação

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência Regional no Amazonas atuou mais notadamente nas áreas de repressão ao tráfico de drogas, crimes contra o meio ambiente e controle de imigração, áreas naturalmente mais demandadas nesta região.

Não obstante, inúmeras medidas administrativas foram adotadas buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis. Dentre elas citamos a adoção da especialização dos servidores e dos procedimentos pelas delegacias especializadas. Nesse contexto os servidores policiais foram distribuídos de forma proporcional à demanda de trabalho para todas as delegacias especializadas e direcionadas para cada uma delas os procedimentos afetos a área de especialização. Tal medida envolveu a redistribuição de muitos procedimentos e realocação de pessoal, o que causou transtornos iniciais, mas que já tem resultado em aumento do número de procedimentos relatados e na deflagração de operações a partir da união de vários casos conexos e/ou similares que antes se encontravam distribuídos em setores e autoridades policiais diversos. Passamos a investigar de forma concentrada e ao mesmo tempo mantendo uma visão macro das quadrilhas pela espécie de crime praticado, evitando ainda a duplicidade de procedimentos para o mesmo fato.

Cumpramos ressaltar que as alterações acima descritas foram adotadas durante a modificação de grande parte das autoridades policiais (DPF) oriundos da Academia Nacional de Polícia, oportunidade em que naturalmente tais servidores já receberiam novos expedientes e que os Delegados mais antigos assumiriam os postos de chefia deixados pelos servidores removidos.

Para o efetivo combate à corrupção e visando reprimir as organizações criminosas em sua base financeira estruturou-se o Grupo de Repressão a Crimes Financeiros – GRFIN/DRCOR/SR/DPF/AM, que hoje concentra a quase totalidade dos procedimentos relativos a crimes financeiros e lavagem de dinheiro, cujos integrantes já foram ou estão sendo capacitados para este fim.

No tocante as tomadas de decisões desta regional, estas foram balizadas nas metas já mencionadas e visando suplantar as seguintes dificuldades:

- Complexidade logística da região amazônica (alto custo, grandes distâncias, ausência de mão de obra especializada em algumas áreas; transporte terrestre limitado, transporte fluvial e aéreo limitado);
- Limitação dos recursos humanos (SR/DPF/AM possui um dos mais baixos índices de lotação dentre as unidades da PF, de acordo com os critérios estabelecidos pelo próprio órgão);
- Instalações físicas precárias (durante o exercício de 2009 a SR/DPF/AM passou por obras em sua sede, estando todo o efetivo alojado em menos da metade do prédio e convivendo com obras);
- Excessivo número de procedimentos criminais (IPL, LRE, CP, PAD, Sindicâncias e outros) em tramitação;
- Excessiva demanda de atividades de polícia ostensiva (reintegração de posse, retomada de prédios públicos invadidos, escoltas de presos, segurança de dignitários, questões indígenas) o que prejudica a atividade de polícia judiciária;
- Contingenciamento e insuficiência de recursos para pagamento de diárias durante o segundo semestre de 2009;

- Ausência de empresas regulares e/ou interessadas em contratar com a administração pública no interior do Estado, o que implica na necessidade de aumentar os gastos com suprimento de fundos nas missões para o interior;
- Ausência de postos bancários em grande parte do interior do Estado do Amazonas, o que demanda a autorização de saque do suprimento de fundo;

## **2.3 - Gestão Orçamentária e Financeira**

**Quadro 02- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade**

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL</b>	<b>30108</b>	<b>200382</b>
<b>FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL</b>	<b>30909</b>	<b>200383</b>

### **2.3.1 - Programas/Ações**

A Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além da capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas, também, executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à reforma e ampliação do Edifício-Sede, obra com execução durante todo o exercício de 2009 e com previsão de conclusão para o junho de 2010.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas e suporte ao usuário de informática. Na execução desta ação, deve-se considerar, também, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

#### **2.3.1.1 - Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade**

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

**Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações**

Tipo de programa	Finalístico	
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça	
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Não há indicação de responsável	
Indicador(es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal	
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade	
<b>Código</b>	<b>Tipo<sup>1</sup></b>	<b>Descrição da Ação</b>
2586	A	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional – Implantação do novo sistema na DPF/TBA/AM; contratação de terceirizados para atendimento de estrangeiros (entrada/saída) no aeroporto internacional de Manaus
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

### 2.3.1.1.1 - Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

**Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2586**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
Descrição	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Gilse Aparecida Landgraf
Unidades executoras	200382 e 200383
Produto (unidade de medida)	Passaporte Emitido: 16.259 documentos emitidos

Fonte: SIGPLAN

<sup>1</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

## Considerações

**Quadro 05- Dados DELMIG/SR/DPF/AM - 2008**

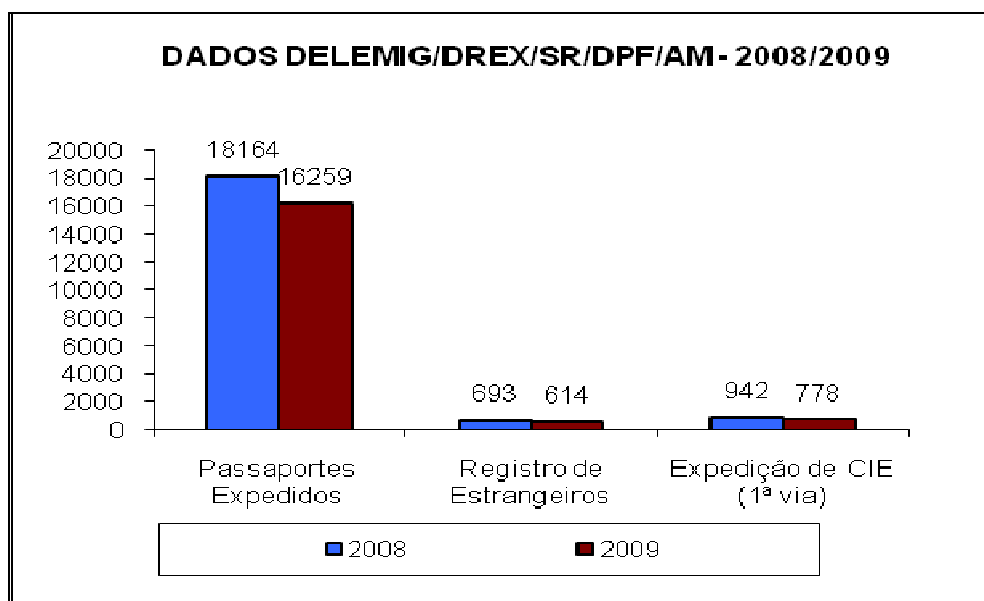
<b>DADOS DELEMIG/DREX/SR/DPF/AM - 2008</b>		
<b>Ano</b>	<b>Passaporte Comum (ICAO)</b>	
<b>2008</b>	<b>Solicitações</b>	<b>Quantidade</b>
	Confirmada	8560
	Concluída	8291
	Cancelada por Requerente Procurado ou Impedido	3
	Cancelada por Passaporte com Erro de Ofício	9
	Cancelada por Requerente Identificado no Sistema	1
	Cancelado por Outros	7
	<b>Passaportes</b>	<b>Quantidade</b>
	Enviado para o DPF	17725
	Recebido pelo DPF	17720
	Entregue ao Requerente	17665
	Cancelado por Decurso de Prazo de Validade	99
	Cancelado por Erro de Fabricação	1
	Cancelado por Erro de Ofício	60
	Cancelado por Requerente Identificado no SINPI	1
	Cancelado por Outro Documento Válido	76
	<b>Remessas</b>	<b>Quantidade</b>
	Enviada	55
	Recebida	56
<b>Ano</b>	<b>Passaporte para Estrangeiro (Não ICAO)</b>	
<b>2008</b>	<b>Solicitações</b>	<b>Quantidade</b>
	Confirmada	1
	Concluída	1
	<b>Passaportes</b>	<b>Quantidade</b>
Entregue ao Requerente	2	
<b>Ano</b>	<b>Laissez-Passer (Não ICAO)</b>	
<b>2008</b>	<b>Passaportes</b>	<b>Quantidade</b>
	Entregue ao Requerente	1
<b>Ano</b>	<b>Passaporte de Emergência (Não ICAO)</b>	
<b>2008</b>	<b>Solicitações</b>	<b>Quantidade</b>
	Confirmada	46
	Concluída	48
	<b>Passaportes</b>	<b>Quantidade</b>
	Entregue ao Requerente	80
Cancelado Por outro Documento Válido	12	

**Quadro 06- Dados DELMIG/SR/DPF/AM - 2009**

<b>DADOS DELEMIG/DREX/SR/DPF/AM - 2009</b>		
<b>Ano</b>	<b>Passaporte Comum (ICAO)</b>	
<b>2009</b>	<b>Solicitações</b>	<b>Quantidade</b>
	Confirmada	16478
	Concluída	16362
	Cancelada por Requerente Procurado ou Impedido	1

	Cancelada por Decurso de Prazo	23
	Cancelada por Passaporte com Erro de Ofício	24
	Cancelado por Outros	4
	<b>Passaportes</b>	<b>Quantidade</b>
	Enviado para o DPF	16508
	Recebido pelo DPF	16309
	Entregue ao Requerente	16362
	Cancelado por Decurso de Prazo de Validade	141
	Cancelado por Erro de Ofício	38
	Cancelado por Outro Documento Válido	230
<b>Ano</b>	<b>Passaporte para Estrangeiro (Não ICAO)</b>	
	<b>Solicitações</b>	<b>Quantidade</b>
<b>2009</b>	Confirmada	2
	Concluída	1
	Cancelada por Requerente Procurado ou Impedido	1
	Cancelada Por Decurso de Prazo	2
	Cancelado por Outros	1
	<b>Passaportes</b>	<b>Quantidade</b>
	Entregue ao Requerente	1
<b>Ano</b>	<b>Laissez-Passer (Não ICAO)</b>	
	<b>Solicitações</b>	<b>Quantidade</b>
<b>2009</b>	Confirmada	1
	Concluída	1
	<b>Passaportes</b>	<b>Quantidade</b>
	Entregue ao Requerente	1
	Cancelado por Outro Documento Válido	1
<b>Ano</b>	<b>Passaporte de Emergência (Não ICAO)</b>	
	<b>Solicitações</b>	<b>Quantidade</b>
<b>2009</b>	Confirmada	93
	Concluída	93
	Cancelado por Decurso de Prazo	1
	Cancelado por Outros	1
	<b>Passaportes</b>	<b>Quantidade</b>
	Entregue ao Requerente	93
	Cancelado por Outro Documento Válido	36

**Quadro 07- Estatísticas Passaportes, CIE e Registros**



### 2.3.1.1.2 - Ação 267Ú - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

**Quadro 08 - Dados Gerais da Ação 2679**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200395
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. em RP Não-Proc
2679	Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos	334.632,32	334.632,32	334.632,32	0,00

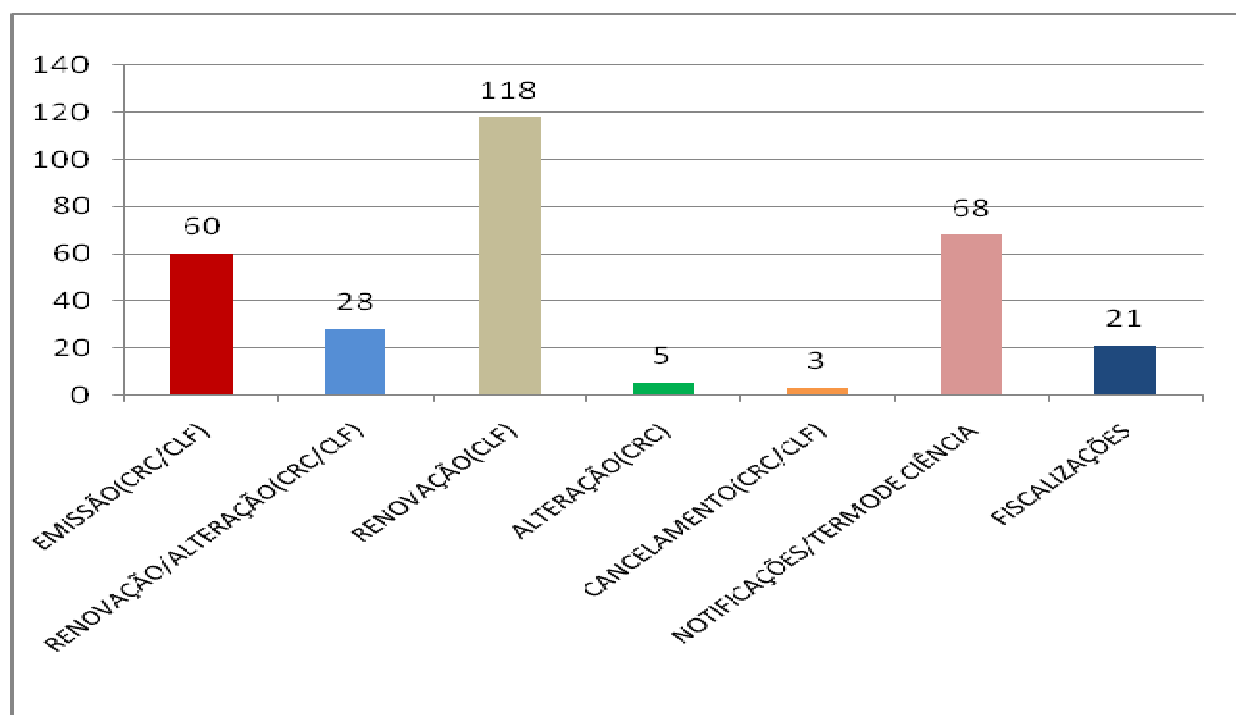
### Considerações

**Quadro 09 - Dados Requerimentos, Atendimentos NUQUIM**

TIPO DE REQUERIMENTO	NÚMERO DE PROCESSOS
EMISSÃO(*CRC/**CLF)	60
RENOVAÇÃO/ALTERAÇÃO(CRC/CLF)	28
RENOVAÇÃO(CLF)	118
ALTERAÇÃO(CRC)	5
CANCELAMENTO(CRC/CLF)	3
NOTIFICAÇÕES/TERMODE CIÊNCIA	68
FISCALIZAÇÕES	21

\*CRC (Certificado de Registro Cadastral) \*\*CLF (Certificado de Licença de Funcionamento)

**Quadro 10 - Estatísticas NUQUIM**



### 2.3.1.1.3 - Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

**Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2720**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações



	policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200383
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc
2720	Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública	26.159,45	26.159,45	26.159,45	0,00

### Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

### 2.3.1.1.4 - Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras

	em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200395
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc
2726	Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União	1.510.007,43	1.510.007,43	1.510.007,43	0,00

### Considerações

Nesta ação é empregada boa parte dos recursos destinados à área finalística da SR no Rio Grande do Norte. Foram empenhados e liquidados em 2009 R\$ 1.510.007,43 nesta ação, não havendo inscrição em Restos a Pagar.

### 2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar a PF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

**Quadro 13 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações**

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Não há indicação de responsável
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
<b>Código</b>	<b>Tipo<sup>2</sup></b>	<b>Descrição da Ação</b>
8980	A	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

### 2.3.1.2.1 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

**Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8980**

Tipo de Ação	Atividade
--------------	-----------

<sup>2</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200383
Produto (unidade de medida)	UNIDADE CONSTRUÍDA (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8979	REFORMA E MODERNIZACAO DAS UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	3.974.278,89	1.655.948,5	1.655.948,5	2.318.330,24

### **Considerações**

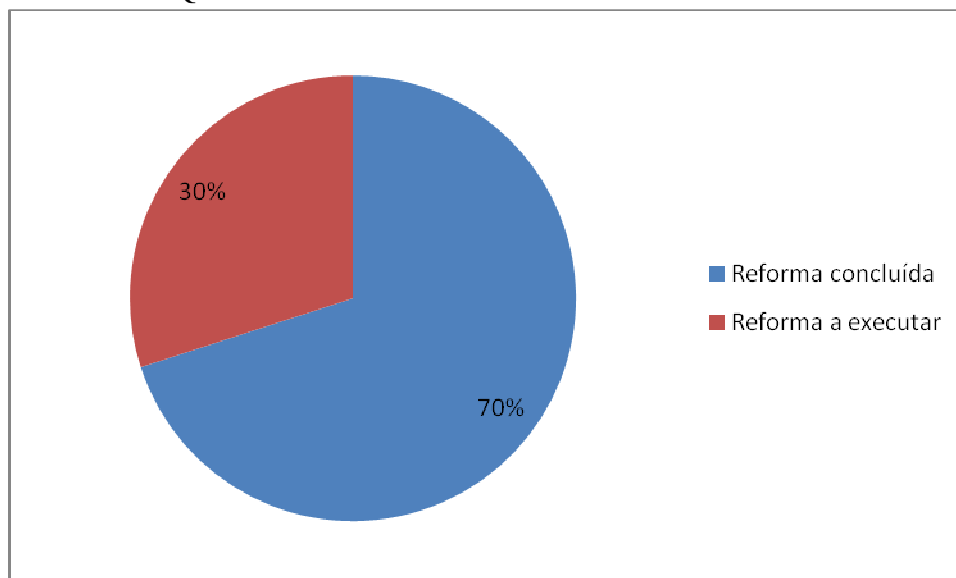
A execução da despesa desta ação está sendo realizada com a reforma e ampliação do Edifício-Sede da SR/DPF/AM a qual teve início em fevereiro de 2009 com previsão de conclusão para junho de 2010.

Esta obra é de fundamental importância, visto que o referido prédio desde sua inauguração, há mais de 20 anos, nunca havia passado por uma reforma de grande porte. Ao longo desses anos, o efetivo aumentou consideravelmente, não havendo mais condições adequadas para acomodar adequadamente o atual número de servidores.

Ressalte-se ainda que a cidade de Manaus figura como uma das sub-sedes para a Copa do Mundo de 2014, o que implicará em possível aumento, mesmo que temporário, de servidores policiais e administrativos. A obra de reforma e ampliação permitirá uma acomodação adequada para essa demanda.

No exercício de 2009, foram empenhados R\$ 3.974.278,89, sendo executados R\$ 1.655.948,50.

**Quadro 15 - Reforma do edifício-sede SR/AM**



### 2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais da Polícia Federal.

**Quadro 16 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo**

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral	Não informado	
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa	Não há indicação de responsável	
Indicadores para avaliação do programa	Este Programa não possui indicadores.	
Público-alvo (beneficiários)	Governo	
<b>Código</b>	<b>Tipo<sup>3</sup></b>	<b>Descrição da Ação</b>
2000	A	Administração da Unidade

Fonte: SIGPLAN

#### 2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

**Quadro 17 - Dados Gerais da Ação 2000**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações

<sup>3</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200382 e 200383
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	por Insc. em RP Não-Proc
2000	Administração da Unidade	7.551.841,76	6.767.303,02	6.767.303,02	784.538,74

### Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos e terceirizados; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis; pagamento de diárias e passagens; e outras.

### 2.3.1.4 - Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública Cidadania - PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

#### Quadro 18 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva

Responsável pelo Programa na UJ	Não há indicação de responsável
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

### 2.3.1.4.1 - Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

**Quadro 19 - Dados Gerais da Ação 8375**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200382
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

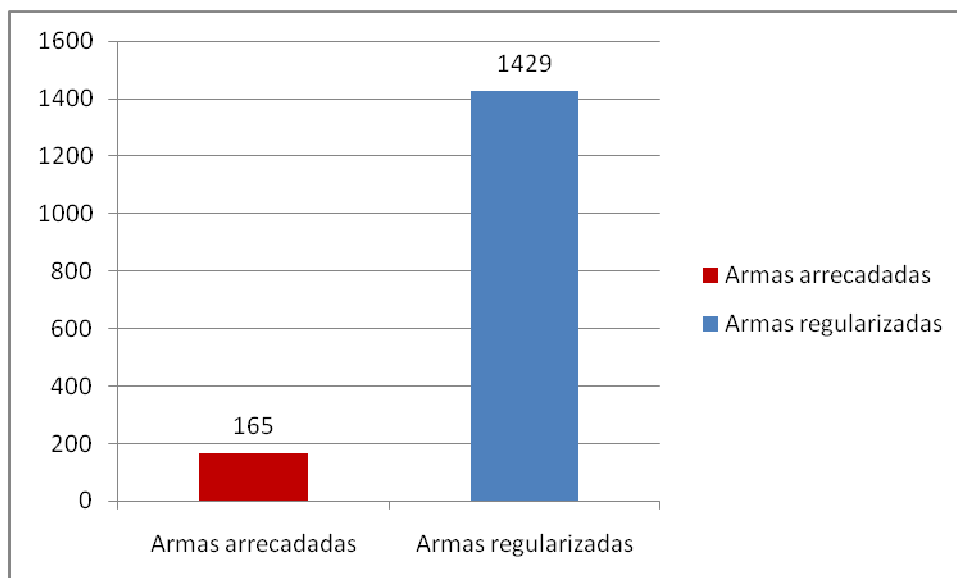
Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
8375	Campanha do desarmamento	26.105,34	26.105,34	26.105,34	2.000,00

#### **Considerações**

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado do Amazonas, a Polícia Federal pagou R\$ 26.105,34 em indenizações referentes à entrega de armas de fogo. Foram arrecadadas 165 armas e regularizadas 1.429 armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas.

**Quadro 20 – Dados Arrecadação e Regularização de Armas**



## 2.4 - Desempenho Operacional

A Polícia Federal, por ser uma Instituição de âmbito Nacional, tem suas ações (e consequentes resultados) realizadas de forma integrada. Na maioria dos trabalhos, há atuação de setores ligados às unidades centrais e setores ligados às unidades descentralizadas, como é o caso desta Superintendência.

Sendo assim, os resultados operacionais a seguir demonstrados são fruto dessa atuação integrada, quase sempre coordenada pelas unidades centrais, com aplicação de recursos descentralizados pelos órgãos centrais e atrelados às ações dos programas de Prevenção e Repressão à Criminalidade, bem como do Programa de Modernização da Polícia Federal.

Nesse contexto, embora desejável para uma adequada avaliação dos programas e ações sob a responsabilidade da Polícia Federal, não se vislumbra a viabilidade técnica da ligação direta e objetiva do resultado operacional a determinado programa ou ação, uma vez que os recursos financeiros aplicados, na grande maioria das ações do DPF, são de um e de outro programa.

### 2.4.1 - Evolução das despesas

#### 2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 21 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	9.520.892,43	4.998.980,45	9.520.892,43	4.998.980,45
Convite	66.266,06	-----	66.266,06	-----
Tomada de Preços	880.058,05	515.508,44	880.058,05	515.508,44
Concorrência	1.501.633,94	154.314,71	1.501.633,94	154.314,71
Pregão	7.072.934,38	4.329.157,30	7.072.934,38	4.329.157,30

<b>Concurso</b>	-----	-----	-----	-----
<b>Consulta</b>	-----	-----	-----	-----
<b>Contratações Diretas</b>	<b>1.570.650,05</b>	<b>1.821.553,62</b>	<b>1.570.650,05</b>	<b>1.821.553,62</b>
<b>Dispensa</b>	<b>1.028.417,45</b>	<b>1.337.703,16</b>	<b>1.028.417,45</b>	<b>1.337.703,16</b>
<b>Inexigibilidade</b>	<b>109.793,18</b>	<b>106.695,96</b>	<b>109.793,18</b>	<b>106.695,96</b>
<b>Regime de Execução Especial</b>	-----	-----	-----	
<b>Suprimento de Fundos</b>	<b>432.439,42</b>	<b>377.154,50</b>	<b>432.439,42</b>	<b>377.154,50</b>
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>1.559.251,54</b>	<b>1.633.848,32</b>	<b>1.559.251,54</b>	<b>1.633.848,32</b>
<b>Pagamento em Folha<sup>1</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Diárias</b>	1.559.251,54	1.633.848,32	1.559.251,54	1.633.848,32
<b>Outros</b>	<b>213.965,30</b>	<b>344.727,32</b>	<b>213.965,30</b>	<b>344.727,32</b>

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200382. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

#### **2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

##### **Quadro 22 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

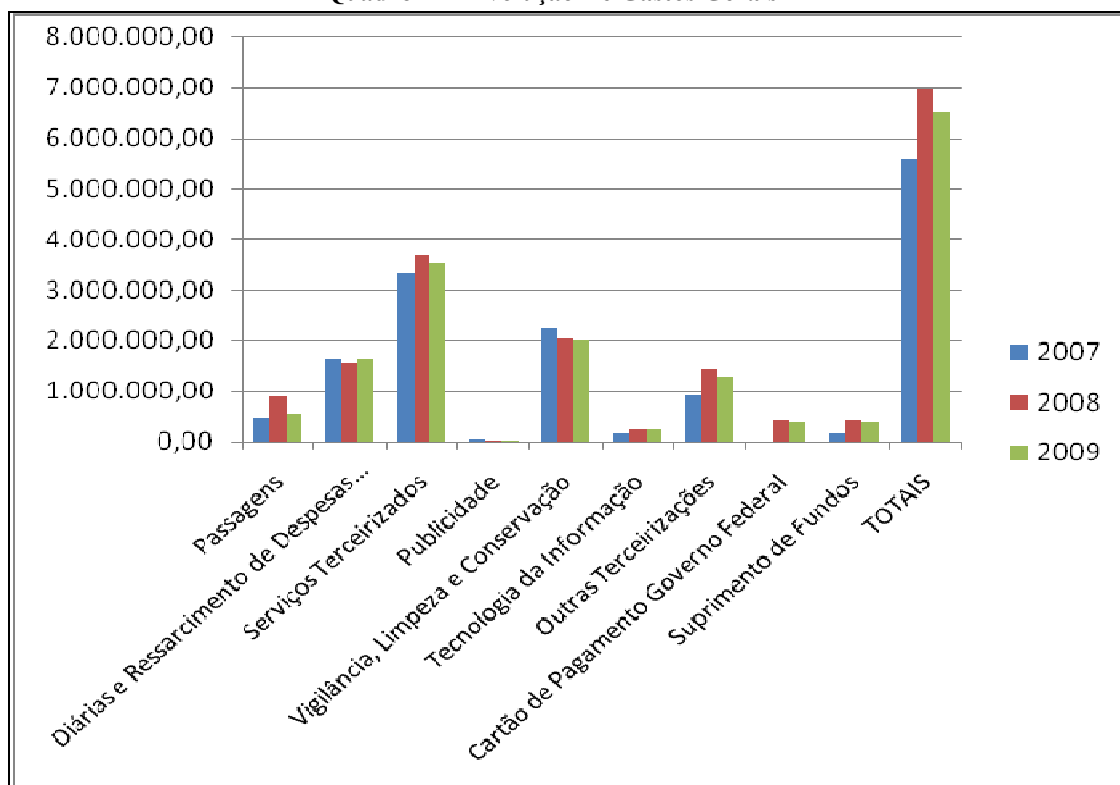


Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	—	59.204,61	—	59.204,61	—	—	—	—
<b>08 - Outros Benefícios Assistenciais</b>	—	49.234,38	—	49.234,38	—	—	—	49.234,38
<b>91 - Sentenças Judiciais</b>	—	9.970,23	—	9.970,23	—	—	—	9.970,23
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	9.757.551,99	8.946.401,79	8.847.332,84	8.175.612,48	910.219,15	770.789,31	8.877.456,20	8.092.417,02
<b>14 - Diárias Pessoal Civil</b>	1.559.251,54	1.633.848,32	1.559.251,54	1.633.848,32	—	—	1.559.251,54	1.633.848,32
<b>30 - Material de Consumo</b>	1.248.611,84	827.864,70	1.137.729,67	726.231,47	110.882,17	101.633,23	1.137.729,67	726.231,47
<b>33 - Passagens e Despesas com Locomoção</b>	891.508,20	563.131,43	881.263,96	525.987,55	10.244,24	37.143,88	881.263,96	525.987,55
<b>36 - Serviços Terceiros Pessoa Física</b>	55.082,34	62.880,40	51.016,89	57.848,70	4.065,45	5.031,70	51.016,89	5.031,70
<b>37 - Locação de Mão de Obra</b>	3.690.712,63	3.545.406,83	3.065.448,01	3.212.915,08	625.264,62	332.491,75	3.065.448,01	3.212.915,08
<b>39-Serviços Terceiros Pessoa Jurídica</b>	2.131.725,64	2.021.121,61	1.979.462,97	1.729.412,14	152.262,67	291.709,47	1.979.207,87	1.729.412,14
<b>41 - Contribuições</b>	—	1.500,00	—	720,72	—	779,28	—	720,72
<b>47-Obrig.Trib.eCont-OP Intra-Orç</b>	—	30.378,46	—	30.378,46	—	—	30.378,46	—
<b>92 - Despesas Exercícios Anteriores</b>	54.900,13	83.981,29	54.200,13	83.881,29	700,00	100,00	54.200,13	83.881,29
<b>93 - Indenizações e Restituições</b>	125.759,67	176.288,75	118.959,67	174.388,75	6.800,00	1.900,00	118.959,67	174.388,75

**Quadro 23 - Evolução de Gastos Gerais**

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
<b>1. PASSAGENS</b>	474.870,09	891.508,20	563.131,43
<b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	1.632.849,78	1.559.251,54	1.633.848,32
<b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	3.316.261,76	3.690.712,63	3.545.406,83
<b>3.1 Publicidade</b>	40.719,77	25.519,28	29.945,89
<b>3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	2.233.907,61	2.019.552,74	1.999.297,32
<b>3.3 Tecnologia da Informação</b>	166.488,88	249.733,32	249.733,32
<b>3.4 Outras Terceirizações</b>	915.865,27	1.421.426,57	1.296.376,19
<b>1. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	-----	414.062,17	393.645,59
<b>2. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	151.387,21	425.562,17	393.645,59
<b>TOTAIS</b>	<b>5.575.368,84</b>	<b>6.981.096,71</b>	<b>6.529.677,76</b>

**Quadro 24 - Evolução De Gastos Gerais**



## Considerações

No exercício de 2008, houve aumento de aproximadamente 100% no valor das diárias, em julho de 2009, sem que houvesse a respectiva previsão orçamentária. Isto resultou em grandes dificuldades orçamentárias, tendo em vista o elevado custo desta Unidade com viagens. Após um trabalho de forte racionalização das missões com deslocamento da sede e com a promoção de economia de gastos em outras despesas, como telefonia e energia elétrica, foi possível equilibrar o orçamento até o final do ano.

Note-se que as despesas com terceirização, destinadas a vigilância, limpeza e conservação bem como outras terceirizações tiveram diminuição de gastos, devido à racionalização de tais serviços, com redução do quantitativo de contratados, seguindo a orientação dos órgãos da Administração Central do Departamento de Polícia Federal.

Com relação às demais terceirizações, houve contratação, no exercício de 2009, de serviços de recepcionista a requerentes de passaporte e serviço de recepcionista a passageiros nos terminais de embarque e desembarque internacionais do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Convém ressaltar que todos os serviços acrescidos referem-se a atividades não propriamente de atribuição dos servidores de carreira, sendo imprescindíveis e adequados às melhorias no atendimento ao público, exigidas pela sociedade.

Em 2009, devido à crise financeira mundial e seus reflexos em nosso país, houve contingenciamento de recursos, provocando muitos atrasos nos repasses financeiros e colocando esta Administração em situação desagradável frente a fornecedores e prestadores de serviços. Esta situação foi parcialmente contornada devido ao trabalho contínuo da SR/DPF/AM no sentido de racionalizar os gastos.

Com relação ao preenchimento do quadro Evolução de Gastos Gerais, com referência aos gastos com suprimento de fundos, foram enquadrados no item 5 (Suprimento de Fundos) apenas os gastos realizados por meio da conta tipo B. Ressalte-se que o ano de 2009 foi de transição, sendo que todos os gastos com suprimentos de fundos passaram a ser realizados com cartão corporativo a partir do mês de julho.

### 2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 25 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	2.657.527,30	2.517.134,50	466.529,38	183.054,83	2.190.997,92	2.334.079,67	466.529,38	183.054,83
51-Obras e Instalações	1.809.706,08	2.472.644,95	187.276,84	154.314,71	1.622.429,24	2.318.330,24	187.276,84	154.314,71
52- Equip. e Mat. Permanente	847.821,22	44.489,55	279.252,54	28.740,12	568.568,68	15.749,43	279.252,54	28.740,12
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	—	—	—	—	—	—	—	—

---	---	---	---	---	---	---	---	---
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	---	---	---	---	---	---	---	---
---	---	---	---	---	---	---	---	---

### Considerações

Em 2009, houve o empenho de despesas relativas à obra de reforma e ampliação do Edifício-Sede da Superintendência Regional.

## 2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 26 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica <sup>1</sup>		1.870.799,20	1.870.799,20	0,00	1.870.799,20	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício <sup>3</sup>
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	99,99*
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Fonte: DICOR/CGCOR/COGER (SINPRO)						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	66,00*
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Embora a SR/DPF/AM não tenha alcançado o índice previsto para o exercício, é importante destacar que, a partir do segundo semestre do ano de 2009, houve um significativo avanço da relação IPL's instaurados/IPL's relatados.						

Levando-se em consideração os números extraídos do SISCART para o período compreendido entre os meses de julho a dezembro de 2009, a relação de entre IPLs instaurados/relatados ficou em 559/507 ou 90,7 %.

O indicador insatisfatório, portanto, deve-se aos índices negativos do primeiro semestre de 2009. Nesse período, por sua vez, houve um acréscimo excepcional do número de IPLs instaurados da área da Delegacia de Defesa Institucional - DELINST, cerca de 140 um único momento, o que forçosamente distorceu o índice naquele período.

Por fim, também é necessário destacar que, em virtude do concurso de remoção de 2009, do último curso de formação de Delegados e decisões administrativas e judiciais pela remoção de servidores, houve alteração de quase 50% do efetivo Delegados de Polícia Federal desta SR (saída de 12 DPFs e chegada de outros 10), situação que produziu reflexos na produtividade auferida, ao menos durante o período inicial de adaptação dos colegas recém chegados.

#### Análise do Resultado Alcançado:

JUSTIFICATIVA

Fonte: SIGPLAN e SISCART

<sup>1</sup> As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

<sup>2</sup> A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

<sup>3</sup> O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência e da Delegacia de Mossoró.

Os dois indicadores apresentados se referem ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão a Criminalidade. Com relação aos demais programas, não há, no Plano Plurianual, indicadores definidos para o Departamento de Polícia Federal.

**Quadro 27 – Identificação de Programa de Governo**

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		7.573.355,38	6.788.816,64	784.538,74	6.788.816,64

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		2.472.644,95	154.314,71	2.318.330,24	154.314,71

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		5.511,00	5.511,00	0,00	5.511,00

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		12.767,43	12.767,43	0,00	12.767,43

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica <sup>1</sup>		28.105,34	26.105,34	2.000,00	26.105,34

### Considerações

As informações de dotação não se aplicam à Unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, no Departamento de Polícia Federal, e não na Unidade Executora.

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.

## 2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 28 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo <sup>1</sup>	Prio <sup>2</sup>	Unidade Medida	Meta Física <sup>3</sup>			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	NA	NA	NA	NA	6.788.816,64	NA	
06	125	0662	2679	A	3	NA	NA	NA	NA	334.632,32	NA	
06	181	0662	2726	A	3	NA	NA	NA	NA	1.510.007,43	NA	
06	181	1353	8980	A	3	NA	NA	NA	NA	154.314,71	NA	
06	183	0662	2720	A	3	NA	NA	NA	NA	26.159,45	NA	
06	422	1453	8375	A	3	NA	NA	NA	NA	26.105,34	NA	
09	271	0087	8452	A	3	NA	NA	NA	NA	5.511,00	NA	
09	272	0089	0181	OP	3	NA	NA	NA	NA	12.767,43	NA	

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

## 2.4.1.6 – Principais Operações Policiais Desencadeadas

**Quadro 29 – Operações desencadeadas no Estado**

<b>OPERAÇÕES REALIZADAS (IDENTIFICAÇÃO)</b>	<b>RESUMO</b>
<b>OPERAÇÃO SALUS III</b>	Realizada em conjunto com o órgão de vigilância sanitária municipal a fim de combater a venda ilegal de medicamentos.
<b>OPERAÇÃO “Dr. HOUSE”</b>	A investigação teve como objeto a apuração de possível aquisição de material envolvendo pornografia por meio da Internet.
<b>OPERAÇÃO SCRIPTORIUM</b>	A operação desencadeada em 26/03/09, em face de grande quantidade de certificados e diplomas falsos de escolaridade apreendidos pela DELESP, no ato do registro e homologação dos certificados de formação, reciclagem e extensão profissional consignado na Carteira Profissional e Previdência Social – CTPS.
<b>OPERAÇÃO RESGATE FARC</b>	No período de 29/01/09 a 03/02/09. Deslocamento de equipe até São Gabriel da Cachoeira para auxiliar nos trabalhos de operação de resgate de quatro reféns das FARC. A operação foi em conjunto com o exercito brasileiro e a Cruz Vermelha.
<b>OPERAÇÃO PARINTINS/09</b>	No período de 24/06 a 30/06/09, equipe de 17 policiais federais se deslocaram até a cidade de Parintins a fim de compor estrutura de segurança pública durante o maior evento cultural do Amazonas.
<b>OPERAÇÃO URUCU</b>	No período de 05/10 a 06/10, realizada operação para interdição de drogas e fiscalização na base da Petrobras em Urucu.
<b>OPERAÇÃO CONTROLE</b>	No período de 24/10 a 07/11/09. Operação realizada, nos moldes de força tarefa, no Centro de Comando e Controle a funcionar na 2ª Brigada de Infantaria de Selva com sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM
<b>OPERAÇÃO TURKO</b>	Deflagrada no dia 18/05/09 em todo país e coordenada pela DDH/CGDI/DPF, para cumprir Manados de Busca e Apreensão em desfavor de pessoas envolvidas em crimes de divulgação e posse de imagens com conteúdo pornográfico infantil pela internet.
<b>OPERAÇÃO ASSENTAMENTO VERDE</b>	Em conjunto com o IBAMA, deflagrada operação com o objetivo de reprimir crimes contra a flora, na Comunidade do Canoas, localizada no Km. 139 da BR 174, no município de Presidente Figueiredo/AM.
<b>OPERAÇÃO JANAUARI</b>	Trabalho desenvolvido em conjunto com a Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente, para reprimir a manutenção ilegal de animais silvestres nos chamados “flutuantes” existentes dentro do rio Januari. Nos locais crianças carregam animais, que são oferecidos aos turistas para tirarem fotografias em troca de pagamento pelo serviço.
<b>OPERAÇÃO ESPORÃO 2</b>	Em 06 de junho de 2009, deflagrada a operação para combater rinha de galo, às margens da BR 174, no Km 4,5, após denúncia anônima.
<b>OPERAÇÃO JANGADA 2</b>	No dia 02 de julho de 2009, equipe de Policiais Federais e IBAMA se deslocou até o município de Manacapuru/AM para realizar atividade de repressão a serrarias que tinham em depósito madeira desacompanhada de DOF.
<b>OPERAÇÃO CASTOR</b>	A primeira etapa da operação teve início no dia 14/09/09 e contou com apoio do IBAMA e do IPAAM (órgão estadual do meio ambiente) que através de. informação técnica dos peritos possibilitou a caracterização do crime de dano direto/indireto à Unidade de Conservação Federal caracterizando o tipo do art. 60 da Lei 9.605/98.
<b>OPERAÇÃO ATLAS</b>	Operação da área de repressão a Crimes Financeiros de Lavagem de Dinheiro coordenados pela DFIN/DCOR em parceria com a Secretaria da receita Federal, a World Customs Organization (WCO) e o Departamento de Segurança Interna do Governo dos Estados Unidos da América (DHS), desencadeada simultaneamente em mais de 70 países, com o objetivo de reprimir o transporte ilegal de moeda em espécie entre os participantes. Policiais Federais realizaram, em conjunto com Auditores Fiscais da Alfândega de Manaus, fiscalização em todos os vãos internacionais de Manaus, chegando e partindo, no período de 26 a 30/10/09.

<b>OPERAÇÃO ARMA LEGAL</b>	A DELEARM realizou, entre 23/11 a 20/12/09, a campanha “ARMA LEGAL SÓ COM REGISTRO FEDERAL”, que teve como objetivo levar a Campanha do Desarmamento e Registro de Armas, instituída pela Lei nº 11.706/08 e 11.922/09, aos cidadãos residentes no interior do Estado do Amazonas, através de recadastramento ou da entrega de suas armas de fogo.
----------------------------	--

(Operações realizadas pela SR/DPF/AM e DPF/TBT/AM)

## 2.4.2 – Indicadores de desempenho

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pela Direção-Geral, a SR/DPF/AM intensificou e aprimorou suas atividades, implementando políticas de melhoria da qualidade dos serviços e de redução de despesas.

O ano de 2009 foi marcado pelo aumento na arrecadação, no número de procedimentos policiais instaurados e relatados, nas perícias realizadas, vitorias nas empresas de segurança, registro e cadastramento de armas, bem como pela melhoria das condições de trabalho.

Assim sendo, foi possível tabular os seguintes indicadores de desempenho:

### 2.4.2.1 – Índices de procedimentos de polícia judiciária

Quadro 30 – Procedimentos Policiais

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Inquéritos Policiais Instaurados	932	1014	1328
Inquéritos Policiais relatados	794	742	925
TCOs Instaurados	56	40	99
TCOs Relatados	-----	-----	-----
Precatórias Autuadas	254	245	221
Precatórias Cumpridas	171	181	202

(Índices referentes à SR/DPF/AM e DPF/TBT/AM)

#### 2.4.2.1.1 - Análise do Desempenho

A partir de tais dados percebe-se que, comparando com e 2008, houve um aumento de 30,9% no número de IPLs, sendo que essa elevação não foi totalmente acompanhado pelo número de IPL's relatados que aumentou em 24,6%.

Quanto aos TCOs ocorreu uma elevação considerável em comparação aos anos anteriores, ao passo que, com relação às precatórias, houve um leve decréscimo, tanto nas autuadas como cumpridas.

As Cartas precatórias passaram a ser cumpridas por Autoridades Policiais vinculadas à COR (e não mais pelos Delegados de Sobreaviso).

Tem-se procurado concluir os procedimentos policiais mais antigos, conforme orientação da COGER.

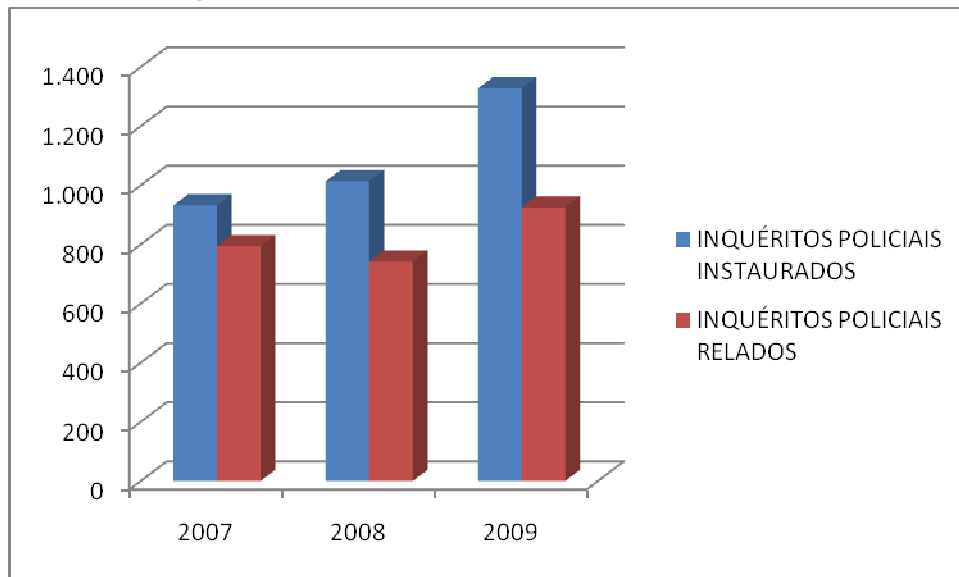
Trabalhou-se visando à atualização dos sistemas SINPRO e SISCART.

Tem-se procurado dar a devida atenção à DPF/TBT/AM, mediante visitas mais freqüentes àquela unidade, para a qual, inclusive, foi nomeado um novo Chefe.

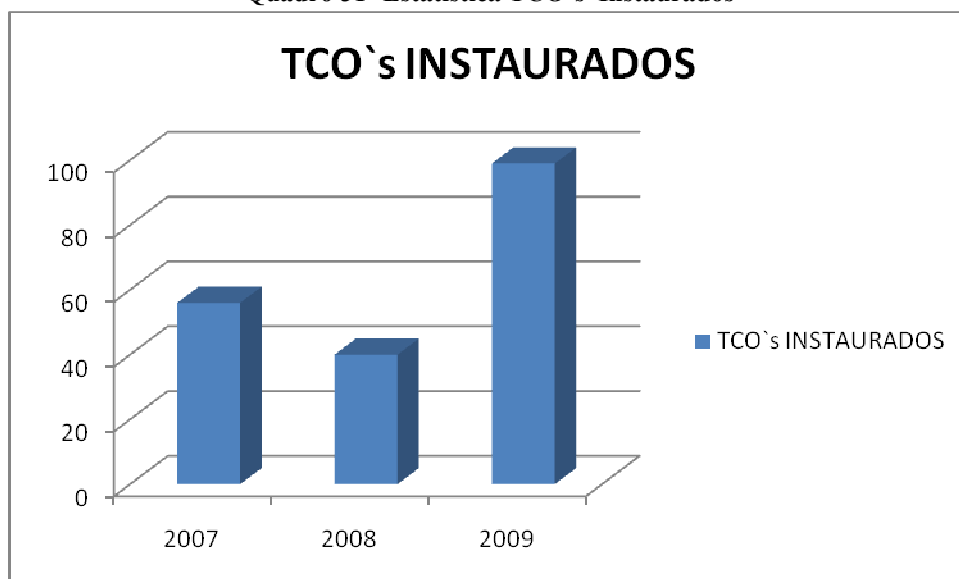


Tem-se trabalhado intensamente objetivando manter regularizado o Depósito do Núcleo de Cartório.

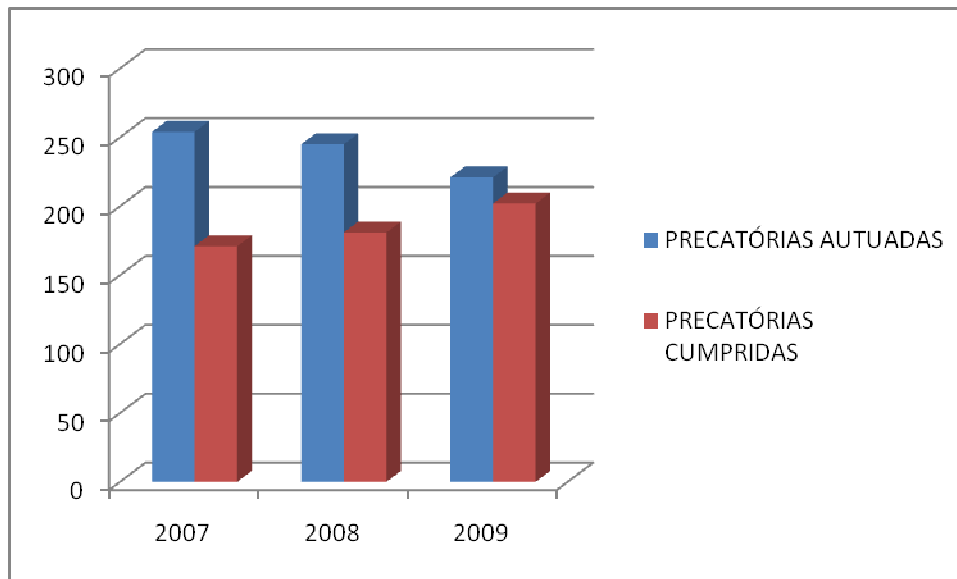
**Quadro 31- Estatística IPL's Instaurados e Relatados**



**Quadro 31- Estatística TCO's Instaurados**



Quadro 33- Precatórias 1



### 2.4.2.2 - Índices de procedimentos administrativos disciplinares

Quadro 34 – Procedimentos Disciplinares

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Sindicâncias Instauradas	10	19	25
Sindicâncias Relatadas	10	19	22
PADs Instaurados	3	8	10
PADs Relatados	3	8	2

(Índices referentes à SR/DPF/AM e DPF/TBT/AM)

#### 2.4.2.2.1 - Análise do Desempenho

Conforme se observa nos dados acima, houve um acréscimo nas instaurações de sindicâncias bem como nos Processos Administrativos Disciplinares.

Deve-se salientar o esforço despendido pela Corregedoria Regional, visando conscientizar os servidores, no sentido disciplinar e laboral.

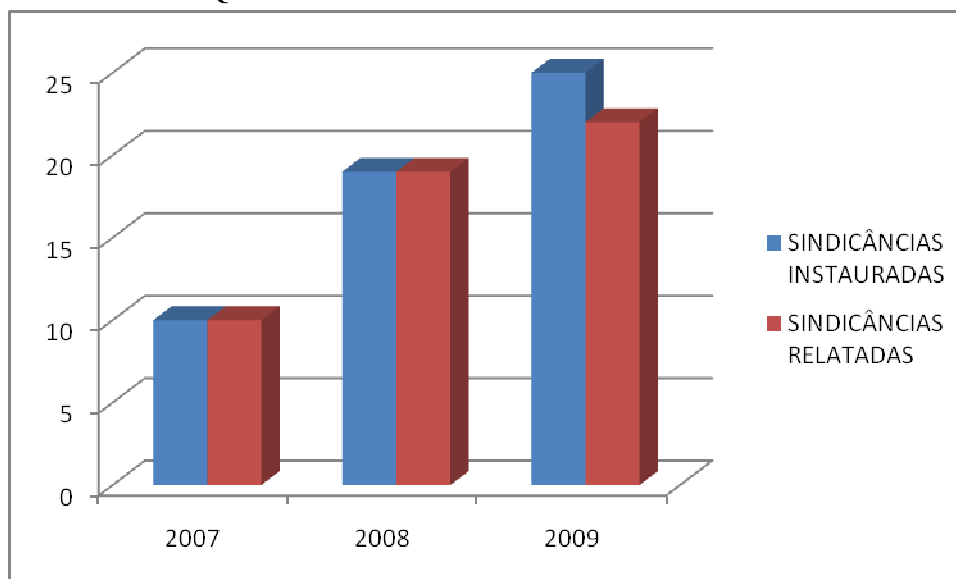
Têm sido instauradas investigações prévias, sindicâncias investigativas e processos administrativos disciplinares, visando ao esclarecimento dos fatos e ao restabelecimento da harmonia no serviço público

Têm sido feitas correções parciais nos procedimentos policiais, visando ao rápido e eficaz saneamento das impropriedades.

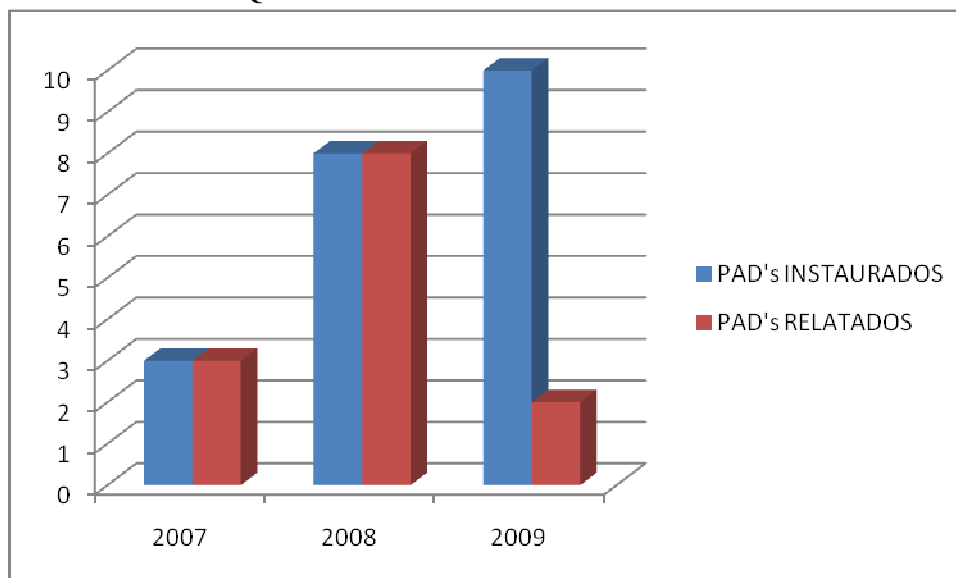
Têm sido feitas reuniões com as Autoridades Policiais, Peritos, Papiloscopistas, Escrivães e Agentes, visando à melhoria das atividades policiais.

Em dezembro de 2009, foi publicada em boletim de serviço uma **correição ordinária**, nesta unidade, contudo a mesma se iniciou apenas em 2010, encontra-se ainda em andamento. Ainda em dezembro de 2009, foi realizada, nesta Repartição Policial, pela COGER, uma **correição extraordinária**, tendo sido 90 (noventa) procedimentos inspecionados. As autoridades policiais foram notificadas, via SISCART, a sanarem as impropriedades constatadas.

**Quadro 35- Sindicâncias Instauradas e Relatadas**



**Quadro 36- PAD's Instauradas e Relatadas**



### 2.4.2.3 - Índices de controle e fiscalização de produtos buímicos

**Quadro 37 – Produtos Químicos**

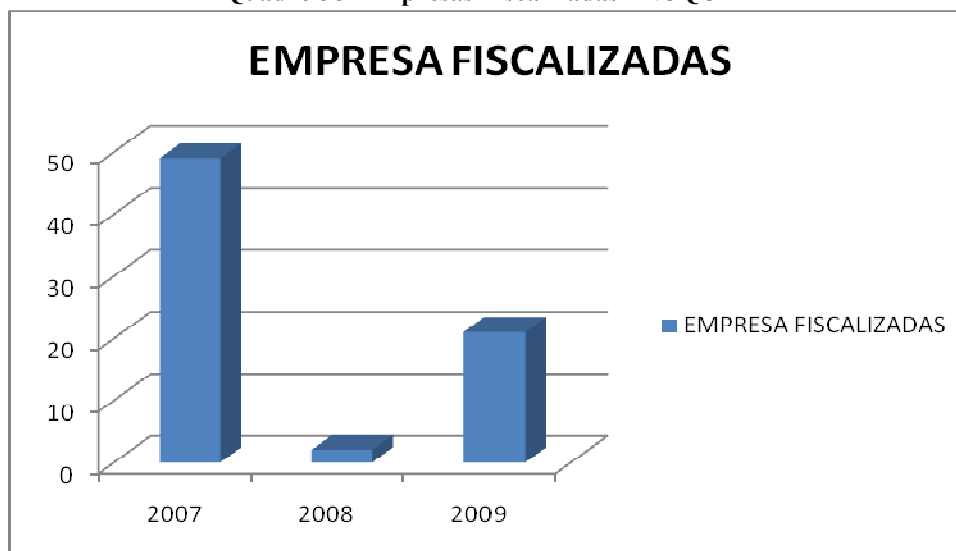
ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Empresas Fiscalizadas	49	02	21
Atendimentos a Empresas	243	308	178

(Índices referentes à SR/DPF/AM)

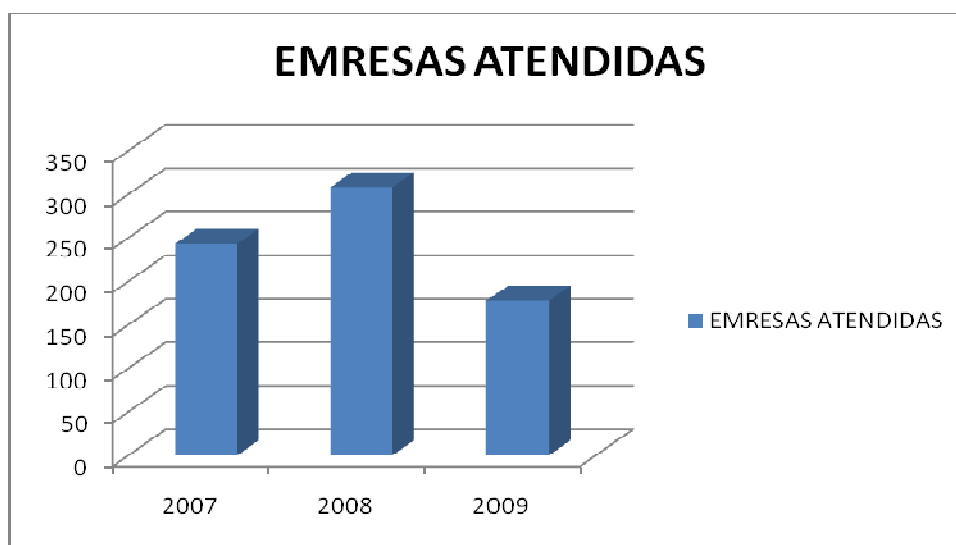
### 2.4.2.3.1 - Análise do Desempenho

Em relação aos índices de 2007, esses dois indicadores apresentaram queda de 57,2% e 36,6% respectivamente, em razão de as fiscalizações, atualmente serem efetuadas apenas mediante determinação da Divisão de Controle de Produtos Químicos/CGPRE e de o Amazonas já haver atingido 100% das empresas desse ramo. Atualmente, apenas as novas empresas são vistoriadas e as fiscalizações são direcionadas às que são alvo de denúncias de irregularidades.

Quadro 38- Empresas Fiscalizadas - NUQUIM



**Quadro 39 - Empresas Atendidas - NUQUIM 1**



## 2.4.2.4 - Índices de apreensão de drogas ilícitas

### 2.4.2.4.1 - Drogas ilícitas apreendidas por Kg

**Quadro 40 – Drogas apreendidas – Kg**

ENTORPECENTES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Cocaína (Kg)	2.037,965	3.020,687	1.328,175
Maconha (Kg)	10,075	102,778	66,01

(Índices referentes à SR/DPF/AM e DPF/TBT/AM)

#### 2.4.2.4.1.1 - Análise do Desempenho

A redução da quantidade de cocaína apreendida deve-se a diversas razões. Primeiramente, há que se ressaltar que foi atípica a quantidade de drogas apreendida em 2008, alcançando números bem superiores aos demais anos. Ademais, as principais quadrilhas investigadas pela Polícia Federal no Amazonas foram atingidas no ano de 2008, inclusive com tais apreensões, o que demanda tempo para desenvolver novos trabalhos de investigação sobre outras quadrilhas.

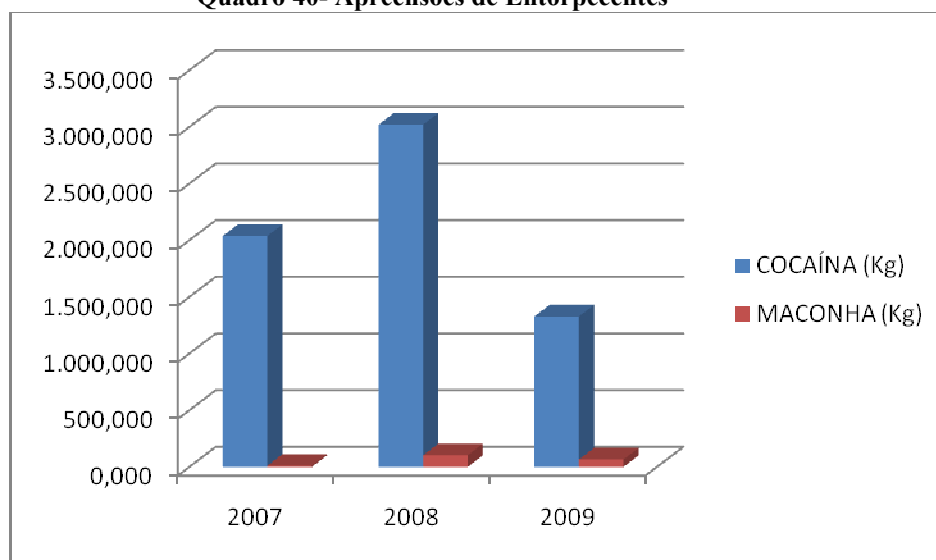
Contribuíram ainda para a redução a mudança de servidores do setor, incluindo da chefia da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, em razão de remoções para outras unidades. Frise-se ainda que a autoridade policial designada para assumir a chefia da DRE foi mantida em missão no Estado do Ceará, a pedido da DCOR/DPF, em caso estabelecido como prioritário, por quase três meses, o que atrasou a efetiva coordenação dos trabalhos do setor. Além disso, o setor teve sua produtividade prejudicada pela redução do efetivo policial no ano de 2009, o que afetou quase todos os setores da SR/DPF/AM.

Ademais, aproveitando a mudança da grande maioria das autoridades policiais que presidem inquéritos policiais na SR/DPF/AM, efetivou-se o sistema de especialização dos procedimentos

de acordo com a matéria, o que demandou a redistribuição de procedimentos entre as autoridades policiais de acordo com a lotação, e cujo efeito benéfico somente será sentido no ano de 2010.

Por fim, anote-se que a falta de recursos para pagamento de diárias e de embarcações em boas condições de uso no segundo semestre de 2010 atingiu com mais força a DRE, pelas características de suas ações, já que as principais atuações da especializada são realizadas no interior do Estado, ao longo dos rios, o que restou impossibilitado diante desse quadro.

**Quadro 40- Apreensões de Entorpecentes**



## 2.4.2.5 – Índices de controle migratório e expedição de documentos

### 2.4.2.5.1 – Expedição de Passaporte e Carteiras de Estrangeiros

**Quadro 41 – Passaportes e Carteiras de estrangeiros**

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Passaportes expedidos	11.868	18.164	16.263
Carteiras de estrangeiros	1.138	1.267	1.720

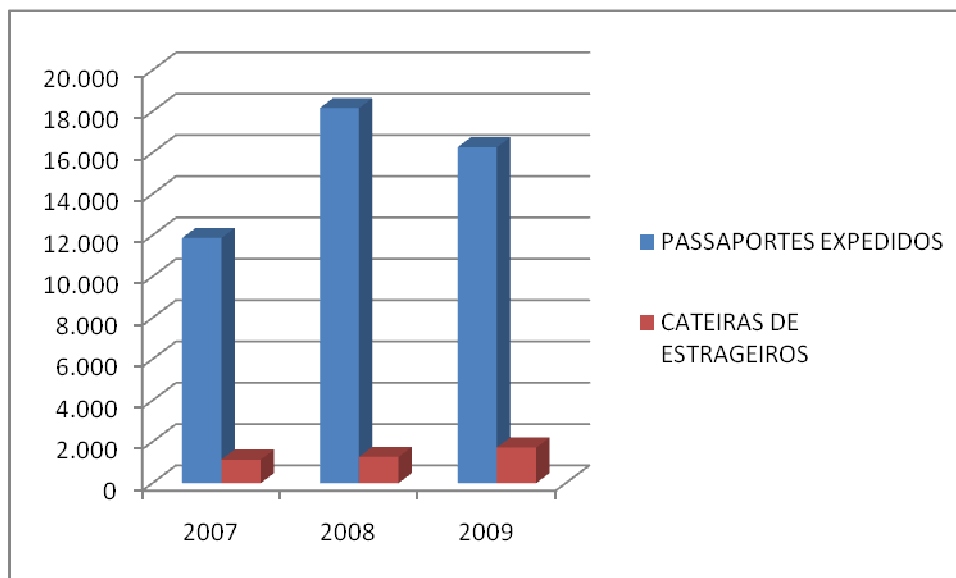
(Índices referentes à SR/DPF/AM)

#### 2.4.2.5.1.1 - Análise do Desempenho

Os dados demonstram uma leve queda no número de passaportes expedidos, enquanto houve um aumento de 35,75% na emissão de Carteiras de estrangeiros no ano de 2008 para 2009.

O aumento na expedição das carteiras de estrangeiros se deve à anistia que foi concedida pelo Governo Federal aos estrangeiros no meio do ano, onde foi dado o prazo até 30/12/09 para regularizarem sua situação.

**Quadro 42- Expedição de Passaportes e CIE**



## 2.4.2.6 – Índices do Sistema Nacional de Armas – SINARM

### 2.4.2.6.1 – Controle de Armas e Apreensões

**Quadro 43 – Controle de armas**

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Registros Estaduais Renovados	1.499	1.488	4.616
Registro de Armas c/ Anistia	1.148	999	3.431
Apreensões	6	18	21

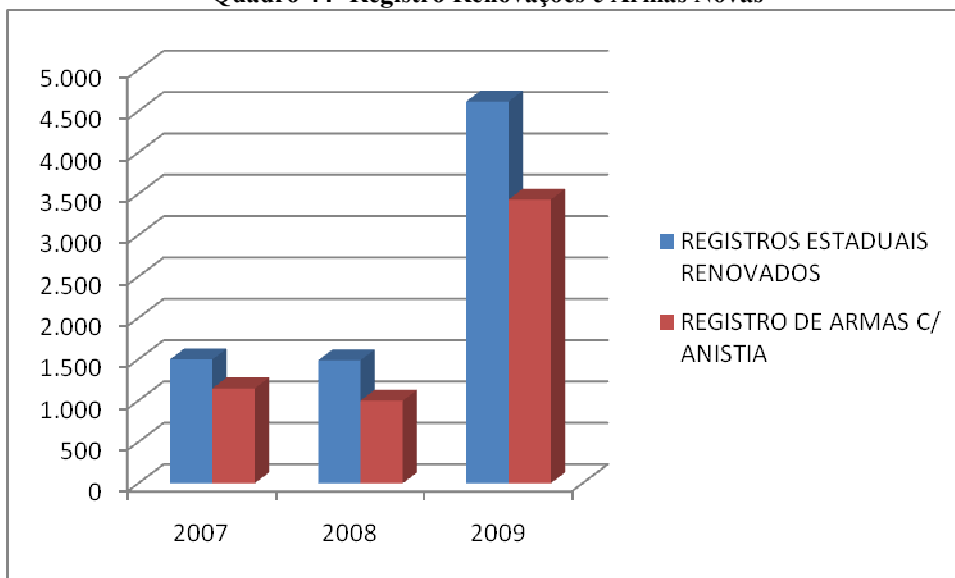
(Índices referentes à SR/DPF/AM e DPF/TBT/AM)

#### 2.4.2.6.1.1 - Análise do Desempenho

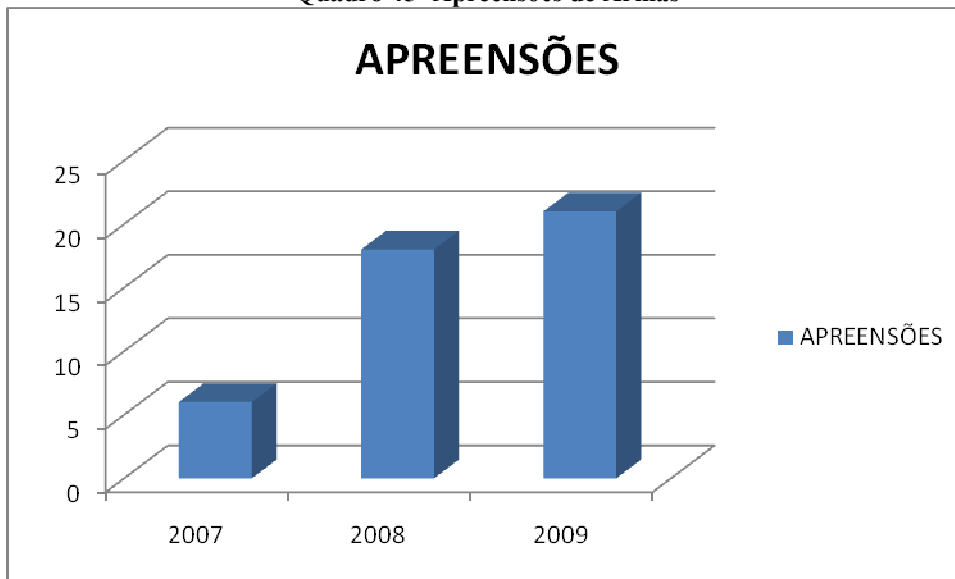
Os dados revelam grande aumento do número de registros emitidos e cadastramentos, o que foi proveniente da Campanha do Desarmamento do Governo Federal, que incentivou o registro das armas ou entrega na Polícia Federal.

Os dados de apreensão são os lançados no SINARM e referem-se à atuação policial de forma geral (Polícia Civil e Federal). Portanto, pode-se concluir que a campanha do desarmamento tenha surtido efeito no Amazonas.

**Quadro 44- Registro Renovações e Armas Novas**



**Quadro 45- Apreensões de Armas**



### 2.4.2.6.2 - Armas Novas e portes de armas

**Quadro 46 – Armas novas e portes de armas**

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Armas Novas	328	294	408
Portes Deferidos	11	19	27



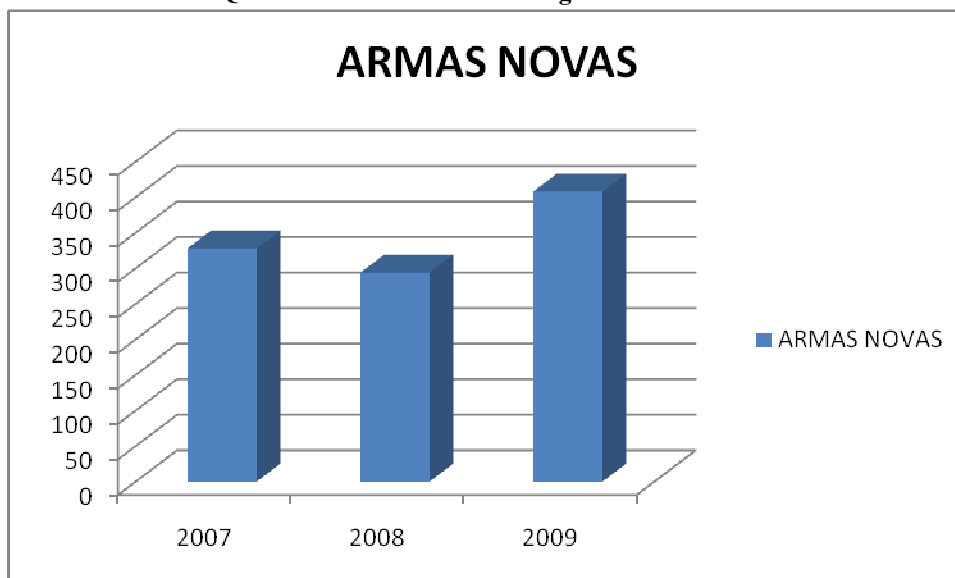
(Índices referentes à SR/DPF/AM e DPF/TBT/AM)

### 2.4.2.6.2.1 - Análise do Desempenho

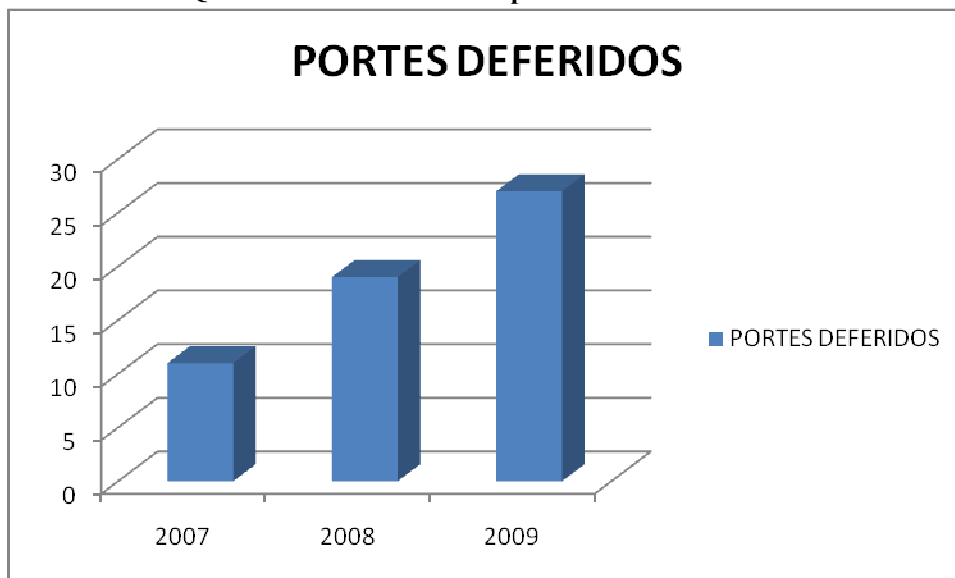
Os dados revelam grande diminuição de 47% no número de portes de armas deferidos, isso se deve ao maior rigor da administração na concessão do porte de arma, em conformidade com o que preceitua a Campanha do Desarmamento.

Quando ao número de armas cadastradas houve uma equidade nas solicitações e autorizações.

Quadro 47 – Armas Novas Registradas



Quadro 48 – Armas novas e portes de armas



### 2.4.2.7 - Índices de controle de segurança privada

Quadro 49 – Controle segurança privadas

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009

Carteiras de vigilantes expedidas por ano	923	2.626	1.995
Certificados homologados das Escolas por ano	6.395	8.883	11.029
Certificados de segurança expedidos	66	43	37
Certificados de vistoria expedidos	56	58	56
Portarias bancárias expedidas	251	204	147
Vistorias realizadas por ano	373	305	240
Autos de constatação e notificação de infração (ACIN)	83	44	104

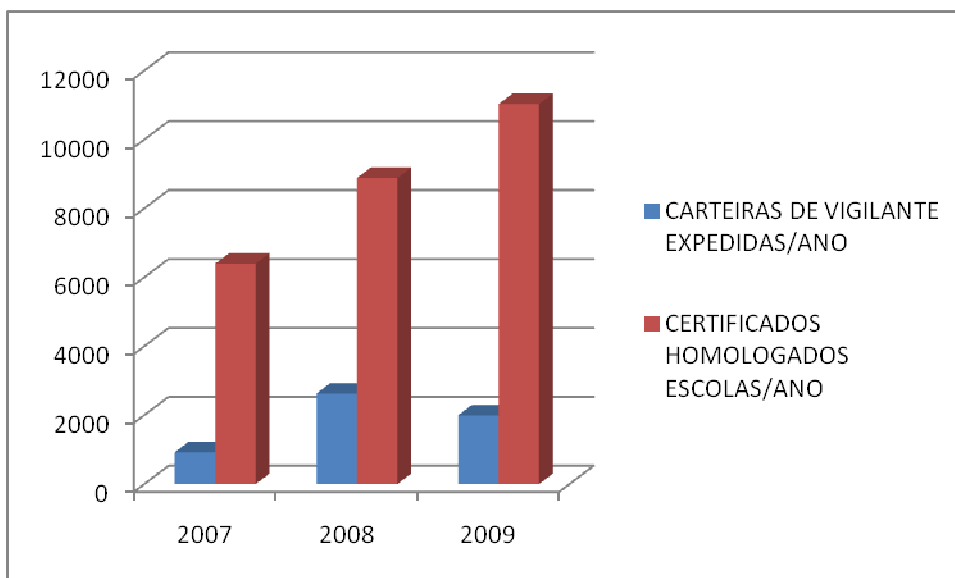
(Índices referentes à SR/DPF/AM e DPF/TBT/AM)

#### **2.4.2.7.1 - Análise do Desempenho**

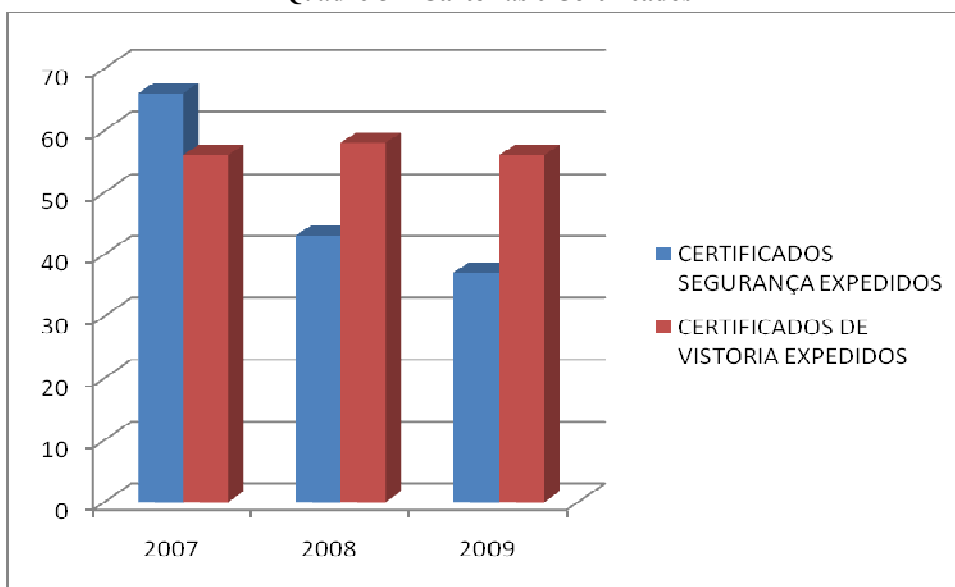
De modo geral, as atividades de Controle de Segurança Privada no ano de 2009 tiveram queda em relação às mesmas atividades nos anos de 2007 e 2008, exceção ao número de Certificados homologados.

Foram vistoriados, fiscalizados e notificados os estabelecimentos financeiros, sediados nesta Capital e no interior do Estado, a partir de seus respectivos Planos de Segurança, os quais foram enviados a esta Delegacia. Estes procedimentos visaram constatar se as dependências dos respectivos estabelecimentos financeiros eram dotadas de esquema estratégico de segurança preventiva adequada às peculiaridades dos usuários, capazes de garantir a incolumidade de funcionários e clientes, bem como a proteção do patrimônio. Visaram, também, verificar se os Planos de Segurança estabelecem a necessidade, a quantidade e o posicionamento de equipamentos de segurança, bem como de vigilância armada que deverá ser habilitada e treinada para inibir ações delituosas, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 7.102/83, de 20/06/83, Decreto nº 89.056/83, de 24/11/83 e demais normas em vigor.

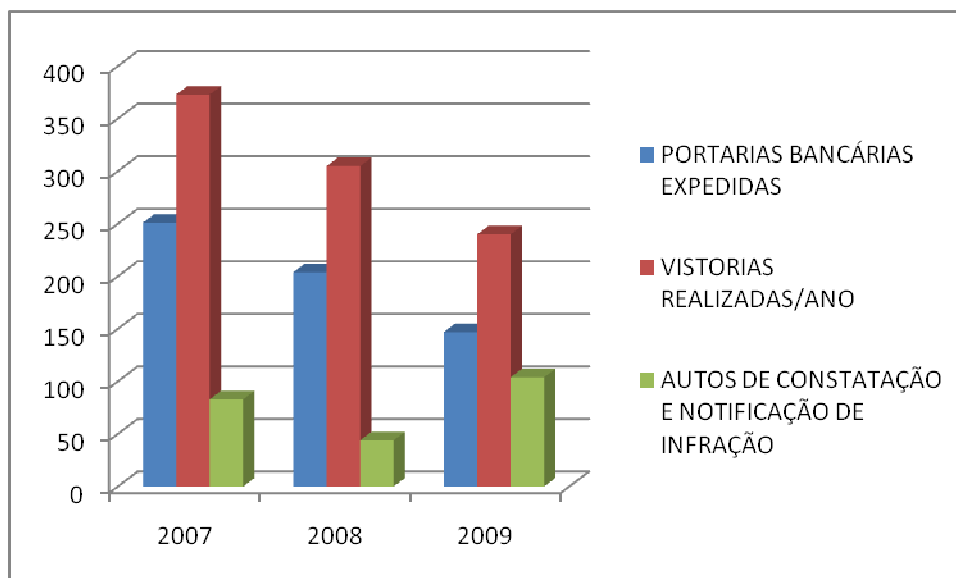
#### **Quadro 50- Carteiras e Certificados**



**Quadro 51- Carteiras e Certificados**



**Quadro 52- Portarias, Vistorias e ACNI**



## 2.4.2.8 – Índices da área de periciais e identificação criminal

### 2.4.2.8.1. – Laudos emitidos

Quadro 53 – Emissão de laudos – SETEC

TIPO DE PERÍCIA	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Perícias de Informática	146	150	140
Perícias Documentoscópicas	182	192	319
Perícias de Laboratório	105	108	212
Perícias de Veículos	18	50	24
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	37	39	65
Perícias de Local de Crime	12	25	28
Perícias Contábeis e Econômicas	58	48	36
Perícias de Balística Forense	91	63	44
Perícias Merceológicas	33	18	28
Perícias Papiloscópicas	23	22	77
Perícias de Meio Ambiente	16	15	31
Perícias de Engenharia	6	15	10
Perícias de Patrimonio Historico, Artístico e Cultural	0	1	0
Perícias de Biometria Forense	0	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>727</b>	<b>746</b>	<b>1018</b>

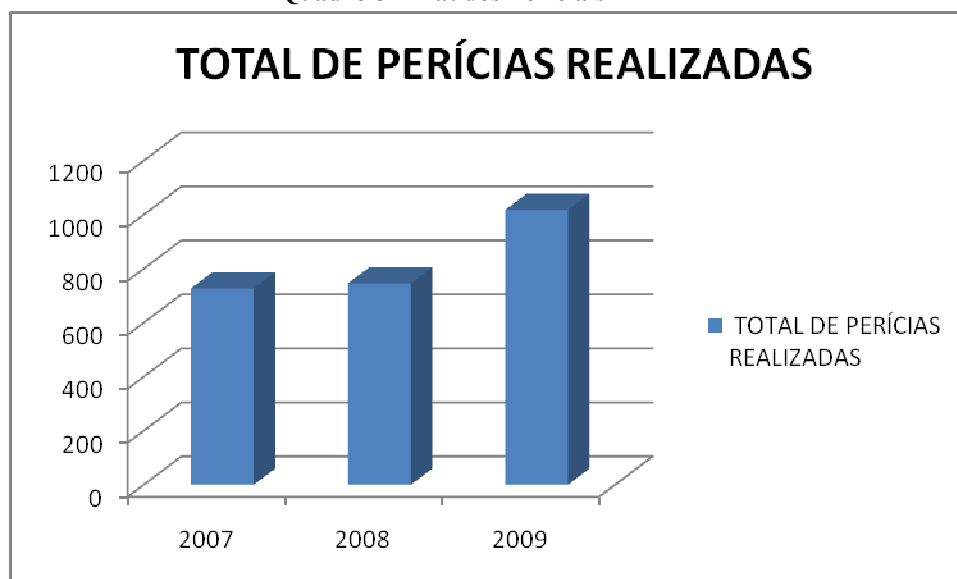
(Índices referentes à SR/DPF/AM)

#### 2.4.2.8.1.1 - Análise do Desempenho

Os números apresentados nos anos de 2007, 2008 e 2009 demonstram um acréscimo constante na emissão de laudos. Considerando que 90% dos laudos são solicitações de Autoridades Policiais para

instrução de Inquéritos Policiais e os demais 10% para atender solicitações de outros órgãos, em sua maioria do TRE, conclui-se que houve aumento na demanda dos Inquéritos Policiais nesta Regional.

**Quadro 54- Laudos Periciais**



#### 2.4.2.8.2 - Inclusões no Sistema Nacional de Identificação Criminal - SINIC

**Quadro 55 – Inclusões SINIC**

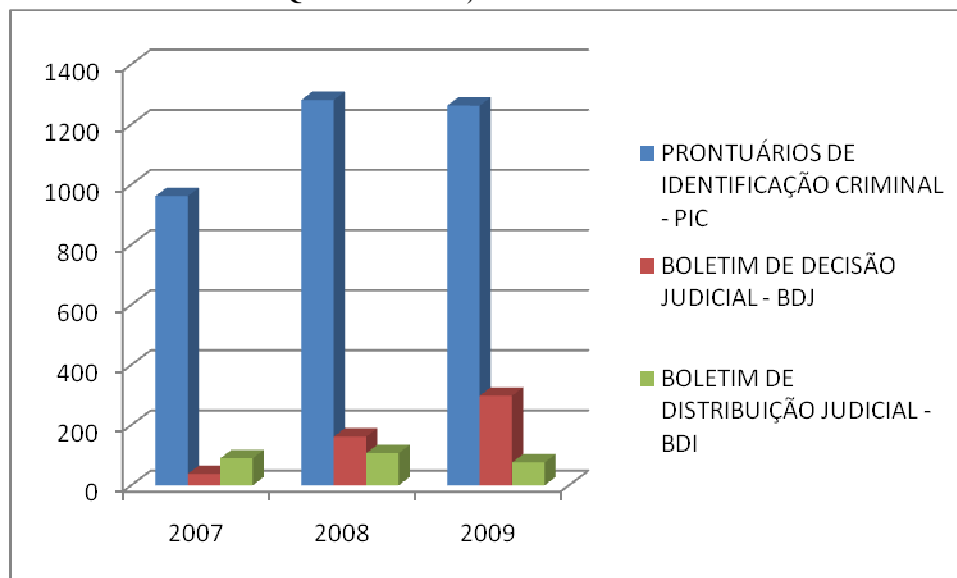
ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Prontuários de Identificação Criminal - PIC	962	1.282	1.263
Boletim de Decisão Judicial – BDJ	38	162	298
Boletim de Distribuição Judicial – BDI	90	107	76
<b>TOTAL</b>	<b>1090</b>	<b>1.551</b>	<b>1.637</b>

(Índices referentes à SR/DPF/AM e DPF/TBT/AM)

##### 2.4.2.8.2.1 - Análise do Desempenho

Os dados referentes às inclusões de Prontuários de Identificação Criminal PIC, Boletins de Distribuição Judicial - BDI e Boletins de Decisão Judicial - BDJ, apresentaram incrementos em todos os períodos, 2007-2009, em razão da inclusão de acusados/indiciados em processos/inquéritos provenientes do Poder Judiciário do Amazonas e Secretaria de Defesa Social por meio do Instituto Técnico de Polícia, além das inclusões provenientes do Departamento de Polícia Federal.

Quadro 55- PIC, BDJ e BDI



### 3 - Recursos Humanos

Quadro 56 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	<b>280</b>		Não há informação <sup>1</sup>
Próprios	280		
Requisitados			
<b>Celetistas</b>			
<b>Cargos de livre provimento</b>			
Estatutários	280		
Não Estatutários			
<b>Terceirizados</b>	<b>69</b>		
<b>Total</b>	<b>349</b>		

Fonte: SIAPE

<sup>1</sup> - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 57 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	260	25.084.853,70	-----	1.466.410,60	27.169,16	-----
2008	289	33.271.338,66	-----	1.778.069,75	43.621,91	-----
2009	280	35.959.485,15	-----	1.056.491,51	135.341,39	-----
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	-----	-----	-----	-----	-----	-----

2008	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
2009	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
<b>Cargo de Provisamento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
2008	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
2009	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
2008	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
2009	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
2008	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
2009	-----	-----	-----	-----	-----	-----		
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	63	2.009.875,00	45	756,380,00	-----	-----	-----	-----
2008	73	2.235.081,00	45	890.397,00	-----	-----	9	3.355,68
2009	69	1.999,298,00	51	1.226,736,00	-----	-----	24	136.053,62

Fonte: SIAPE

### **Considerações**

Nos últimos três anos não houve relevante alteração no quantitativo de servidores lotados na SR/DPF/AM. Mesmo tendo recebido novos servidores (Policiais) em todas as últimas nomeações, o número de remoções, a perda de 50% do pessoal administrativo e a utilização de Policiais na atividade-meio tem mantido o quadro no mesmo nível.

O efeito mais evidente dessa situação é a falta de especialização do Quadro de Policiais que permanece formado por servidores recém admitidos, condição que eleva a necessidade de investimento constante em Capacitação. “Atualmente, 80% do Pessoal da área-fim lotado nesta Unidade possui menos de cinco anos de serviço”

Sem prejuízo de outras abordagens que a Superintendência considere adequado, interessa informar sobre:

- Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional;  
O quantitativo de Pessoal é insuficiente para atender a Missão organizacional, o aumento das atribuições da Polícia Federal, a incontestável visibilidade internacional da Região Amazônica

em relação aos cuidados com a proteção do meio-ambiente e o combate ao tráfico internacional de drogas, além da perspectiva da realização de eventos internacionais importantes na Região, são determinantes para afirmarmos que é imprescindível a ampliação e a qualificação do quadro de servidores.

- Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim;  
A atividade-meio, formada por servidores do Plano especial de cargos do DPF, cujo primeiro e único concurso foi realizado em 2004, corresponde atualmente a 20% do efetivo responsável pela atividade-fim na SR/DPF/AM, condição que propicia o desvio de função e desperdiça a força de trabalho de Policiais capacitados em atividades administrativas.

- Desempenho funcional dos servidores e funcionários;
- Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado;

Há necessidade premente de se reduzir drasticamente o quantitativo de terceirizados, no entanto, essa situação só será solucionada com a contratação de servidores efetivos para atividade-meio.

- Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo.
- Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos;
- Impactos da terceirização na produtividade da UJ;
- Política remuneratória da UJ;
- Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ;

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

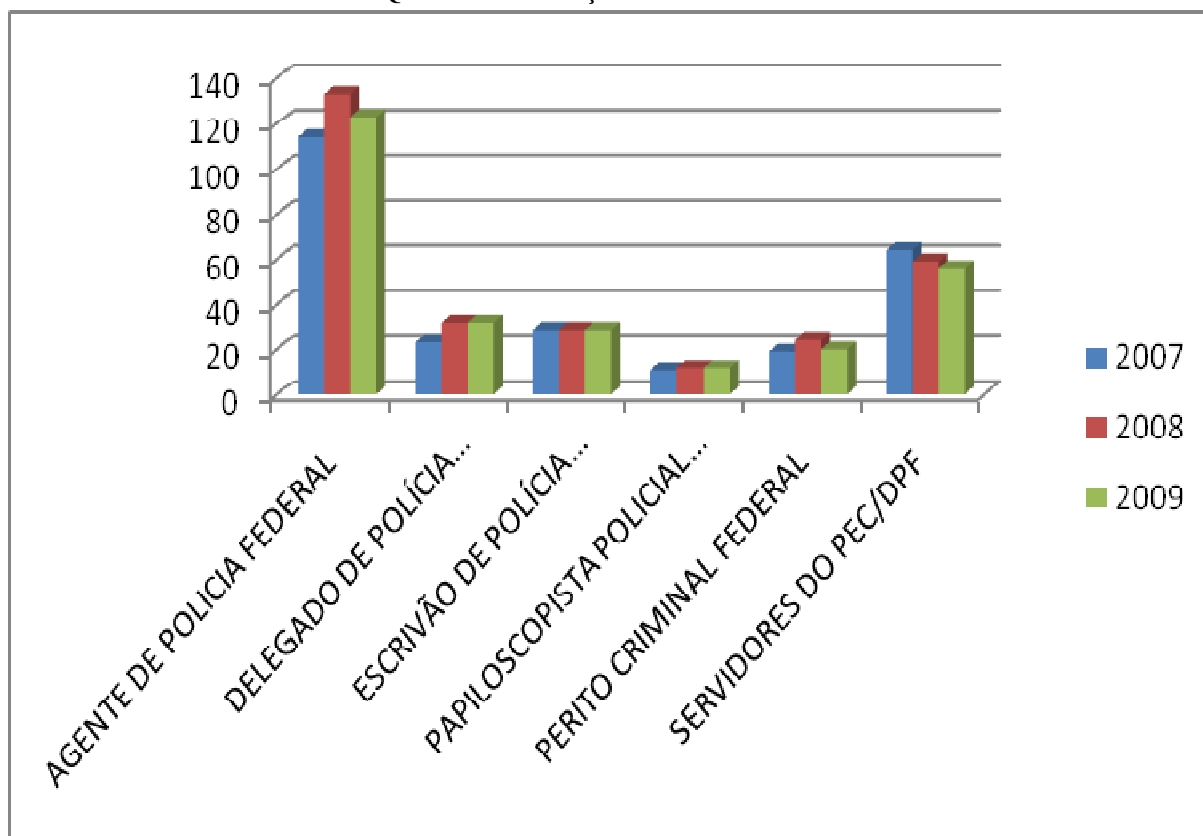
<sup>1</sup>A quantidade de estatutários tem como base o mês de dezembro dos respectivos anos.

**Quadro 58 – Efetivo da SR/AM e DPF/TBT/AM - 2007, 2008 e 2009**

<b>CARGO</b>	<b>QUANTITATIVO 2007</b>	<b>QUANTITATIVO 2008</b>	<b>QUANTITATIVO 2009</b>
AGENTE DE POLICIA FEDERAL	114	133	123
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL	23	32	32
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL	29	29	27
PAPIOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL	19	24	20
PERITO CRIMINAL FEDERAL	11	12	12
SERVIDORES DO PEC/DPF	64	59	56
<b>TOTAL</b>	<b>260</b>	<b>289</b>	<b>270</b>



Quadro 59- Evolução do Efetivo SR/AM



### Considerações

A configuração situacional de recursos humanos no âmbito da SR/DPF/RN passa por um período de *deficit*, mormente na área administrativa, onde não houve renovação de servidores, aliado à saída destes na maioria das vezes por vacância, notadamente em virtude de posse em outro cargo inacumulável. Desse modo, a médio e longo prazo, a atividade-meio tende a cair de produção. Já na esfera policial, em que pese a posse de vários servidores egressos da ANP/DGP/DPF nos últimos anos, o que possibilitou a remoção de alguns policiais mais antigos para esta Descentralizada, há aproximadamente 40 policiais que percebem o benefício do abono de permanência, podendo se aposentar a qualquer tempo.

Tal situação ganha contornos mais drásticos em virtude do projeto de Lei Complementar que muda os requisitos para a aposentadoria do policial. Assim, vários servidores que percebem o referido abono tenderiam a se aposentar antes da publicação da nova lei, agravando a força de trabalho a curto, médio e longo prazo em escalas quantitativas e qualitativas (já que os mais experientes se aposentariam).

Nesse prisma, mister é informar que não há adequação quantitativa de pessoal em algumas áreas, notadamente servidores administrativos.

Também não há proporcionalidade razoável entre área-meio e área-fim haja vista o aumento de atribuições (investigações e fiscalizações) não acompanhado por suficiente aumento de pessoal.

No concernente ao desempenho funcional, as fichas de avaliações denotam o alto grau de satisfação por parte dos gestores, pois a quase totalidade dos servidores recebem pontuação máxima.

Há uma urgente necessidade de aumento no quadro próprio, não redução. Como dito acima, o aumento das atribuições/serviços exige um correspondente incremento da força de trabalho, de modo a não permitir sobrecarga em alguns servidores e prejudicar a qualidade da atividade prestada.

Relativamente aos planos de capacitação, importante informar que há em cada exercício previsão de cursos operacionais, de gestão e ferramentas de trabalho, dependendo alguns de pré-requisitos específicos. Importante salientar que seria adequada a realização de ações de capacitação baseadas em competência.

Por fim, a política remuneratória está atrelada a leis e decretos, consoante critérios pré-estabelecidos (classes e/ou padrões) em âmbito nacional, não havendo qualquer ingerência direta por parte do gestor desta unidade na evolução salarial do servidor, havendo tão somente interferência indireta por intermédio das avaliações de desempenho, tornando mínimo o impacto no passivo trabalhista da UJ.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

#### **4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

– não ocorreu no período –

#### **5. Informações sobre Restos a Pagar - 2009**

**Quadro 60 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009**

200382

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	57.031,61	-	-	57.031,61
2007	-	112.713,25	-	49.229,82
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	1.500.247,61	586.898,57	813.002,41	233.073,91
2007	748.460,85	275.135,72	106.597,85	132.727,28

200383

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	-	-	-	-
2007	-	2.064,00	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	204.642,13	-	204.642,13	-
2007	717.935,00	-	717.935,00	-

Observações:

Fonte: SIAFI Gerencial

### ***Considerações***

A inscrição de restos a pagar não processados ocorreu devido à liberação de grande soma de recursos em data próxima ao final do exercício, não havendo tempo hábil para a liquidação das despesas empenhadas. A Unidade procura evitar sempre a inscrição de restos a pagar quando há liquidação de despesas.

## ***6. Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres***

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado no Amazonas não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## ***7. Previdência Complementar Patrocinada***

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ –

## ***8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos***

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

## ***9. Renúncia Tributária***

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ –

## ***10. Operações de Fundo***

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ –

## ***11 – Determinações dos Órgãos de Controle***

## 11.1 – Recomendações da CGU

Esta Unidade não recebeu recomendações da CGU, durante o exercício de 2009.

**Quadro 61 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências**

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224611	1.1.3- Meio de Transportes	SELOG/SR/DPF/AM
<b>Descrição da Recomendação:</b>		
1. O Gestor deve observar as disposições contidas na IN DG/DPF nº 003 de 05/03/2009, em especial os capítulos IV e V desse normativo;		
<b>Providências adotadas:</b>		
1. A SR/DPF/AM adotou sistemas de controle diário de utilização de viaturas para os setores específicos que realizam a custódia dos veículos oficiais. O Núcleo de Transportes - NUTRAN – efetua o controle diário de saída/entrada das viaturas submetidos ao uso comum e rotineiro da SR/DPF/AM. Já para os veículos destinados ao uso da Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE e Delegacia de Polícia Marítima – DEPOM o controle diário de saída/entrada das viaturas é independente e realizado pelas respectivas chefias. No caso dessa duas últimas unidades, em razão do regime de permanente sobreaviso dos servidores policiais atuantes, respectivamente na repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e no patrulhamento fluvial, há autorização expressa do Dirigente Regional para que alguns veículos pernoitem Dora da unidade administrativa, tudo em conformidade com o que determina a IN 03/2009 – DG/DPF. A SR/DPF/AM também aguarda a liberação do software SISVIA pela Coordenação de Tecnologia e Informação do DPF, em Brasília. Tal sistema possibilitará a implementação de controle informatizado para a gestão da frota de veículos da unidade.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224611	1.1.4.5 – Processos Licitatórios	SELOG/SR/DPF/AM
<b>Descrição da Recomendação:</b>		
1. O Gestor deve instruir o processo licitatório com edital definitivo, devidamente preenchido e assinado pela autoridade que o expedir, após a análise da assessoria jurídica;		
2. O Gestor deve fazer constar - não só, mas também, no preâmbulo do edital - além das normas gerais que regem processo licitatório, outras normas específicas ou peculiares que disciplinam a contratação do objeto licitado, a fim de orientar os participantes da licitação na elaboração de suas propostas, conforme preconiza o Art. 40, XVII, da Lei 8.666/93;		
3. Capacitar os servidores envolvidos nos processos de aquisição para a unidade (pregoeiros)		
<b>Providências adotadas:</b>		
1. Orientação junto aos servidores responsáveis pelos processos licitatórios desta Superintendência, a proceder juntada do edital de licitação definitivo devidamente assinado, após a análise da assessoria jurídica. Determinando a obrigatoriedade do ato para todos os certames, sob pena de responsabilização do servidor do feito. Sugerir a assessoria jurídica recomendação em seu parecer, solicitando a juntada do edital definitivo ao processo;		
2. Orientação junto aos servidores responsáveis pelos processos licitatórios desta Superintendência, que adotem os procedimentos necessários na realização de certames a fazer constar obrigatoriamente nos editais da devida observância das disposições gerais que regem as licitações, bem como das normas específicas pertinentes ao objeto licitado, sob pena de responsabilização. Visando com isso propostas, buscando evitar o retardamento no andamento e conclusão do processo licitatório, conforme parecer da auditoria.		
3. Planejamento de capacitação dos servidores envolvidos diretamente com procedimento licitatórios, visando qualificação e uniformização de procedimentos, com implementação d gestões de recursos humanos no setor de licitações readequando a equipe de pregoeiros.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224611	1.1.5.2 – Contratos de Obras, Compras e Servi	SELOG/SR/DPF/AM
<b>Descrição da Recomendação:</b>		

1. O Gestor deve estabelecer período de duração razoável para os contratos de prestação de serviços de natureza continuada de forma a possibilitar tempo hábil para a realização/conclusão de um eventual novo processo licitatório;
2. O Gestor deve observar quando da repactuação dos contratos em vigor, entre outros aspectos, o período de duração previsto no ajuste inicial, com vistas ao atendimento do disposto no Art. 57, II, da Lei 8.666/93
3. O Gestor deve abster-se de firmar, ou repactuar, contratos com prazo de vigência em determinado ou condicionando-o a fato de duração incerta.
4. O Gestor deve utilizar-se, diante de situações contratuais indesejáveis para a Administração, de uma das modalidades de rescisão contratual prevista no Art. 79, da Lei 8.666/93;
5. Capacitar os servidores envolvidos nos processos de aquisição para a unidade (pregoeiros);

**Providências adotadas:**

1. Determinação junto a área de gestão de contratos que o período de tempo razoável estabelecidos previamente para celebração de termos aditivos referentes aos instrumentos iniciais de contratos de serviços de natureza continuada celebrados, sejam de no mínimo 06(seis) meses, tempo esse dimensionado suficientemente para viabilizar realização de novo procedimento licitatório, contemplando todas as suas fases, incluindo a possibilidade de tempo dispendido com interposição de recursos. Nesse sentido a área de gestão de contratos deve identificar os processo que necessitam de prazo ainda maior do que o acima estabelecido.
2. Determinação a área de gestão de contratos que observe quando da repactuação dos contratos em vigor, entre outros aspectos, o período de duração previsto no ajuste inicial, com vistas ao atendimento do disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.
3. Tendo em vista o entendimento da auditoria foi no sentido de que a cláusula contratual de vigência que estabelecia o término da vigência do termo seguido da expressão: “ou ainda data anterior condicionada ao término do processo licitatório em curso”, não satisfaz os propósitos legais, fica determinado que a área de gestão de contrato se abstenha de utilizar a expressão acima,utilizada no mesmo sentido por outras Superintendência de Polícia Federal.
4. Tendo em vista o entendimento da auditoria, fica determinado a área de gestão de contratos, bem como o setor de licitações, que formalize processo para rescisão do contrato indesejável, observado nos casos de serviços contínuos, que o mesmo pressuponha a existência de procedimento devido para contratação de substituto em tempo hábil, assegurando a continuidade dos serviços prestados à sociedade local. Devendo utilizar uma das opções de rescisão contratual entre aquelas previstas no art. 79 da lei 8.666/93, em casos semelhantes aos do item citado.
5. Determinação aos servidores que trabalham nas áreas de licitações e contratos, que formalizem junto ao setor interno responsável por treinamento e desenvolvimento, capacitação e treinamento visando melhoria nas práticas de utilização das normas e procedimentos.

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224611	1.1.5.3 – Intempestividade na publicação de atos na Imprensa Oficial	SELOG/SR/DPF/AM

**Descrição da Recomendação:**

1. A Unidade deve observar os prazos estabelecidos para a publicação dos extratos na imprensa oficial, conforme determinação contida no Caput, do Art. 26, e no parágrafo único do Art. 61, ambos da Lei 8.666/93

**Providências adotadas:**

1. Determinação junto à área de gestão de contratos que observe estritamente os prazos para publicação estabelecidos no caput do Art. 26 e no parágrafo único do Art. 61, ambos da Lei 8.666/93. E que os casos das unidades descentralizadas desta Regional em que o fornecedor esteja localizado em área de longa distancia, também estejam submetidos ao mesmo regramento , caso contrário, ficará cancelada a licitação por vício formal.

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
--------------	-------------------	--------------------------------------

224611	2.1.2.3 – Indenizações	SELOG/SR/DPF/AM
<b>Descrição da Recomendação:</b>		
1. Os responsáveis devem observar as disposições contidas na IN DG/DPF nº008, de 24/05/2007, em especial o capítulo III desse normativo, combinado com o Art. 80, da Lei 8.112/90		
<b>Providências adotadas:</b>		
<p>1. Quanto à recomendação registrada nesse item, é certo que a atividade policial está sujeita a situações imprevisíveis. Para esses casos não previamente programados e sempre em razão da necessidade do serviço, havendo necessidade de viagem de servidor policial durante o interregno de suas férias, o Superintendente regional determinará, nos termos da IN 08/2007 – DG/DPF, a interrupção das férias antes da expedição da respectiva OMP - Ordem de Missão Policial.</p> <p>2. Ainda deve ser registrado que a adoção pela SR/DPF/AM do Sistema de concessão de Diárias – SCDP, impede a liberação de diárias para servidor em regime de férias. Além do Sistema de Concessão de Diárias, a SR/DPF/AM adota um sistema informatizado de expedição de ordens de missão policial, SISOMP, que atualmente também bloqueia a expedição de OMP's para servidores no período de férias.</p> <p>3. Por fim, registre-se que todos os setores autorizados pela SR/DPF/AM a autorizarem viagens de servidores policiais receberam recomendação para realizarem a fiel observância dos dispositivos contidos na IN 08/2007 DG/DPF.</p>		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224611	3.1.2.1 – Processos Licitatórios	SELOG/SR/DPF/AM
<b>Descrição da Recomendação:</b>		
1. O Gestor deve destinar os recursos de acordo com a finalidade do Programa/Ação de Governo a que se vinculam.		
<b>Providências adotadas:</b>		
1. Determinação à área de licitações, que nos processos licitatórios com descentralização de recursos financeiros de programas específicos para as atividades com finalidades vinculadas; que os mesmos objetos a serem licitados guardem relação direta com a atividade desenvolvida e direcionada para o programa proposto. Determinação aos Setores e Delegacias envolvidas no processo de utilização de recursos com programação específica de desembolso, estejam atentos à vinculação obrigatória do objeto licitado com finalidade do programa.		

## 11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas não recebeu determinações e nem recomendações do Tribunal de Contas da União.

Quadro 62 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAZONAS					316
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	TC-016.999/2007-0	1285/2009	1.5	Determinações	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAZONAS					316
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5.1 – À Superintendência Regional Da Polícia Federal No Amazonas que:</p> <p>1.5.1.1 – Crie indicadores de desempenho que possibilitem clareza e precisão no acompanhamento da performance da unidade;</p>					

1.5.1.2 – Apenas utilize os suprimentos de fundos em regime especial de execução para as atividades típicas da unidade, estabelecidas no subitem 3.3 da IN DG-DPF N° 09/2004.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAZONAS	316
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
<p>1.5.1.1 - A Administração Central do Departamento de Polícia Federal firmou convênio, em 2009, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para a elaboração de sistemas informatizados de gestão, os quais prevêem a criação de indicadores de desempenho modernos que permitam o acompanhamento eficaz de todas as unidades do Departamento de Polícia Federal;</p> <p>1.5.1.2 - A IN 009/2008 – DG/DPF de 29 de abril de 2008, no Item III, do Art. 5º, considera atividade peculiar ao DPF a manutenção de centros de instrução: <i>“instalação e manutenção de bases operacionais temporárias, dos Centros de Integração e Aperfeiçoamento de Polícia Ambiental – CIAPA’s, bem como de unidades administrativas que não sejam gestoras de recursos públicos”</i>;</p> <p>- Ainda, a IN 011/2009-DG/DPF de 9 de novembro de 2009, no Item IV, do Art. 5º considera atividade peculiar ao DPF a manutenção do CIAPA: <i>“manutenção do Centro de Integração e aperfeiçoamento em Polícia Ambiental - CIAPA- e da unidades administrativas que não sejam Unidades Gestoras; e”</i></p>	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Ambos os dispositivos legais supramencionados possibilitam a utilização de suprimentos de fundos em regime especial de execução para a manutenção do CIAPA, visto que tais normas consideram essa atividade como peculiar ao DPF.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Não houve ocorrências no período.	

## ***12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2UU9***

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

## 13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 63 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código das UGs:</b>	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas		200382 e 200383	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SIICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Manaus/AM	<b>Data</b>	31 de março de 2010
<b>Responsável</b>	Augusto Cesar Souza 	<b>Matrícula nº</b>	11.980

## 14 – Outras Considerações

É importante mencionar algumas providências adotadas por esta Administração para implementar a gestão participativa na busca da melhoria dos serviços, que influenciaram diretamente os resultados alcançados, conforme se verifica a partir de alguns exemplos relacionados adiante.

### 14.1 – Capacitação de servidores

Durante o ano de 2009, dando prosseguimento na valorização dos recursos humanos, a Administração emvidou todos os esforços na realização de treinamentos em todos os níveis, conforme demonstrado na tabela adiante.

Quadro 64 – Cursos de capacitação

**PLANO DE CAPACITAÇÃO (CURSOS, SEMINÁRIOS E PALESTRAS) SR/AM 2009**



	<b>CAPACITAÇÃO</b>	<b>SERVIDORES</b>	<b>LOCAL</b>
1	III Curso Especial de Condutores de embarcações do Serviço Público	1	CIAPA/AM
2	Gestão em Matéria Previdenciária.	1	Natal/RN
3	Operações Fluviais	2	Mississippi/EUA
4	Formação e Instrutor de Armamento e Tiro.	2	Brasília - ANP
5	Combate a Fraudes Eletrônicas Crimes de Alta Tecnologia	4	Brasília
6	Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento	1	Brasília
7	VI Curso de Atualização em Procedimentos Disciplinares	1	Brasília
8	Curso de Gerenciamento e Negociação em Crises	1	Brasília
9	IV Curso de Defesa Pessoal Policial para Professores	2	Brasília
10	Atualização em Procedimentos Disciplinares.	3	Brasília
11	I Curso Tático de Fuzil para Instrutores de Armamento e Tiro	1	Brasília - ANP
12	Curso Avançado de Polícia	1	Brasília - ANP
13	I Curso de Nivelamento em Auditoria para os Representantes Titulares e Suplentes da Confortos e das Cesportos	2	Brasília
14	Atuar como professor no Curso de Formação do DEPEN, na Disciplina de Armamento e Tiro.	1	Brasília - ANP
15	II Curso de Utilização do Sistema Automatizado de Impressões Digitais(AFIS)	1	Brasília
16	I Curso de Sistema de Interceptação e Análise de Inteligência – CSAI	1	Brasília
17	VII Curso Especial de Polícia	3	Brasília - ANP
18	Curso de Capacitação Nacional de Peritos Criminal em Fonética Forense – 3ª etapa	1	Brasília
19	VI de Administração Orçamentária, Financeira e de	1	Brasília

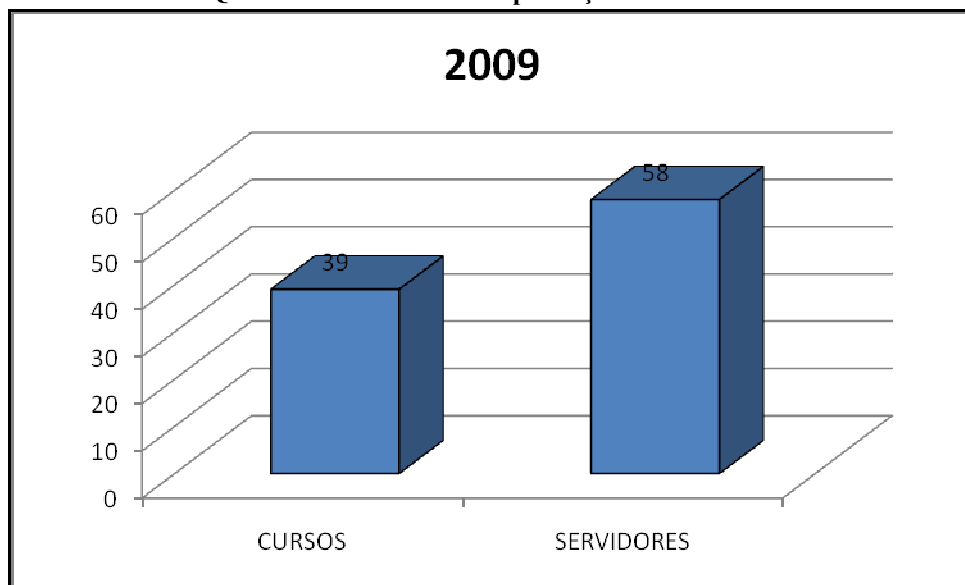
	Contratação Pública		
20	1º Curso Operacional de Controle ao Trabalho Escravo	2	Brasília
21	Gestão com Cintepol	3	Brasília
22	Investigação de Fugitivos	1	Brasília
23	Ferramenta I2 Módulo Usuário	1	Recife/PE
24	Ferramenta de Análise I2 Módulo Usuário para SIPS/NIPS/UIPS	2	Brasília
25	Controle de Produtos Químicos	1	Brasília - DCPQ
26	VIII Curso de Operações Aerotáticas	1	Brasília - CAOP
27	Operações de Taser	1	Brasília
28	Participar como professor no I Curso de Sistemas de Interceptação e Análise de Inteligência - CSIAI	1	Brasília
29	5º Curso de Investigação e Busca de Aparatos Clandestinos de Interceptação.	2	Brasília
30	Reconhecimento Facial	2	Brasília
	Curso de Boas Práticas de Laboratório em Química Forense e Instrumentação Analítica (FTIR)	1	Brasília
31	Curso de Aperfeiçoamento de Contramedidas – CACON	1	Brasília
32	Curso de Capacitação Nacional de Peritos Criminais em Fonética Forense – 3ª Etapa	1	Brasília - ANP
33	Participar como professor na Disciplina Ferramentas de Investigação Policial	1	Brasília - ANP
34	Curso Cabas	1	Novo Airão/AM
35	Curso de Combate a Exploração Sexual de Menores pela Internet	2	Brasília
36	1º Curso de Técnicas Operacionais de Segurança de Dignitários	1	Brasília - ANP
37	Curso de Técnicas e Procedimento de Polícia Marítima	1	Rio de Janeiro
38	Curso de Formação de Comandante de Unidade de	1	Peru

Combate a Entorpecentes			
39	2º Curso de Formação de Professor de Abordagem	1	Brasília - ANP
<b>TOTAL</b>		<b>58</b>	

O quadro acima revela o esforço da Administração na valorização e qualificação profissional dos seus recursos humanos, salientando que neste ano de 2009 ocorreu uma drástica redução na verba para cursos de capacitação nas Regionais, o que ocasionou diversos indeferimentos de cursos por parte da Administração Geral.

Entretanto, deve-se destacar que grande parte dos cursos, treinamentos e seminários foram oferecidas pela Administração-Geral.

**Quadro 65- Número de Capacitações e Servidores**



## **14.2 - Projetos em andamento**

### **14.2.1 - Nova Base Anzol**

Destaque-se que esta Superintendência Regional vem envidando grandes esforços para reativação da Base Anzol, desativada em 8 de maio de 2009, em razão das precárias condições de funcionamento e da falta de condições adequadas de trabalho para os policiais.

A primeira providencia adotada foi a contratação de empresa especializada em embarcações para realização de vistoria técnica que indicasse a viabilidade ou não de uma obra de reforma. Em novembro de 2009, a empresa RGF Tecnologia Naval apresentou laudo técnico, que apontou para a inviabilidade de se reformar a referida embarcação.

Tendo em vista a grande quantidade de intervenções efetivas para alteração, manutenção, reforma e adequação a serem realizadas, devido as suas limitações físicas bastantes deterioradas, e

avaliando o alto custo e o extenso prazo para a execução das intervenções, decidiu-se por desenvolver um novo projeto para melhor adequar as atividades a qual se destina, objetivando ainda uma expectativa de vida útil maior que um flutuante reformado, haja vista a rotina de operação e a dificuldade de manutenção na região.

Assim, partiu-se para o projeto de uma nova embarcação: a **Nova Base Anzol**. O tipo de embarcação que melhor se adequou ao atendimento das necessidades operacionais, com a melhor razão custo/benefício foi do tipo “catamarã”, sem propulsão própria, dois convéses, seis alojamentos para 04 policiais, no convés superior, 01 alojamento no convés principal para tripulantes de manutenção, sistema de captação direta de água do rio, com sistema de tratamento; estação autônoma de tratamento de esgoto doméstico, descarte do esgoto através de sistema aeróbico, anaeróbico e desinfecção por raio ultravioleta; geração complementar de eletricidade a partir de painéis solares.

Muito além de atender às necessidades operacionais dessa Superintendência, o **Projeto Nova Base Anzol**, poderá ser adotada como modelo para diversas outras bases fluviais para atendimento das necessidades de toda a Operação Cobra.

O **Projeto Nova Base Anzol** já teve o Projeto Básico encaminhado à Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG/DPF, aguardando a liberação de recursos para elaboração do Projeto Executivo que deverá ocorrer concomitantemente à execução da obra.

Esse projeto possui valor estimado em R\$ 1.900.000,00.

### ***14.2.1 – Nova Base Tarumã***

Outro importante projeto na área de embarcações iniciado em 2009, trata-se da **Nova Base Tarumã**, que funciona como atracadouro das embarcações desta Superintendência Regional. Diferentemente da antiga Base Tarumã, que tinha o convés e flutuadores em madeira, a **Nova Base Tarumã** será construída inteiramente em aço.

Essa característica garantirá uma vida útil muito superior à nova embarcação além de proporcionar maior segurança para salvaguarda das embarcações dessa Regional.

A **Nova Base Tarumã** disporá de 4 (quatro) garagens para pequenas lanchas, 3 (três) para embarcações de pequeno porte e disponibilidade para atracação de embarcações de médio porte em sua lateral.

Esse projeto possui valor estimado em R\$ 780.000,00.

## ***14.3 – Atos voltados à Gestão Participativa***

### ***14.3.1 – Portarias***

**Portaria N° 037/2009 - GAB/SR/DPF/AM, de 10/03/2009.**

Instituiu a Comissão Permanente de Descentralização de Avaliação de Documentos – CDAD/SR/DPF/AM, em conformidade com a Portaria nº 130/2009 – GAB/DG/DPF, de 29 de abril de 2005.

**Portaria Nº 084/2009 - GAB/SR/DPF/AM, de 05/06/2009.**

Instituiu a Comissão de Seleção para ingresso no Grupo de Pronto Intervenção – GPI, no âmbito da Superintendência Regional no Estado do Amazonas, em conformidade com a Portaria nº 238/2009 – GAB/DG/DPF, de 07 de abril de 2009, que autorizou a criação de Grupo de Pronto Intervenção – GPI, no âmbito das Superintendências Regionais.

### ***14.3.2 – Instruções de Serviços.***

Não houve expedição de Instruções de Serviço no exercício de 2009.

### ***14.4 – Diretrizes da SR/DPF/AM***

a) No ano de 2009, foram listadas pela Direção-Geral, 39 (trinta e nove) diretrizes para cumprimento pelas Superintendências, tendo esta Regional atendido 25 (vinte e cinco) diretrizes, quais sejam:

1. Priorização de prisões preventivas;
2. Atenção à qualidade da prova;
3. Cumprimento da Instrução Normativa n.º 13/2008-DG/DPF - Divisão de Comunicação Social;
4. Atendimento aos recrutamentos no prazo estabelecido e com o perfil solicitado (8% do efetivo de cada cargo);
5. Permanência dos policiais capacitados na atividade de controle e fiscalização de segurança privada (DELESP);
6. Terceirização do controle migratório;
7. Terceirização da expedição de passaportes;
8. Otimização/racionalização dos equipamentos do novo passaporte;
9. Prazo máximo de 10 dias para agendamento do passaporte e existência de alternativa para os casos de urgência devidamente fundamentados (que não se confundem com o passaporte de emergência);
10. Interface com os órgãos de segurança do estado, para solução de conflitos sociais;
11. Manter escala especial de férias nos períodos pré e pós eleitoral, para atendimento das ocorrências eleitorais, visando a redução de demandas por IPLs (trabalho preventivo).
12. Descentralização efetiva das operações policiais, priorizando, sempre que possível, meios e recursos humanos próprios;
13. Cadastramento das operações no CINTEPOL e/ou repasse de informações ao órgão central responsável pela área objeto do trabalho;
14. Conhecimento das operações em andamento dentro do Estado pela Delegacia Especializada da SR e repasse das informações em nível regional (gestão compartilhada);
15. Cumprimento do manual de gestão de operações policiais.

16. Prospear oportunidades de atuações integradas com a Receita Federal e de cooperação com outros órgãos públicos;
17. Informar à CGPCI e à Diretoria da área, por e-mail, cooperação recebida de órgãos estrangeiros e a esses prestados;
18. Inclusão das Operações Policiais no CINTEPOL;
19. Instalação do SISCART;
20. Criação das Comissões Descentralizadas de Avaliação de Documentos;
21. Celeridade nos Inquéritos Policiais e cumprimento de Cartas Precatórias;
22. Destinação da força de trabalho pericial com prioridade para a elaboração de laudos;
23. Qualidade do gasto em energia elétrica: mudanças contratuais;
24. Realização de convênios para instalação de bases do TETRAPOL;
25. Cumprimento de prazo para prestação de contas de Suprimento de Fundos;

b) (07) sete das diretrizes não foram atendidas, em razão da inaplicabilidade e inviabilidade nesta Regional.

1. Destinação de viaturas específicas para a atividade de segurança de dignitários nas SRs RJ, DF e SP (veículos novos distribuídos recentemente);

**Justificativa:** Não se aplica a SR/AM

2. Manutenção dos servidores treinados para segurança de dignitários, nos NSDs ou DELINSTs.

**Justificativa:** Não foi atendida em razão de a demanda não justificar tal medida na SR/AM. Há 10 policiais treinados que estão lotados em delegacias distintas.

3. Apoio à implementação das UTEC's

**Justificativa:** a única descentralizada (DPF Tabatinga) não apresenta demanda suficiente para a instalação de UTEC.

4. Informar DPAT sobre investigações envolvendo PCC e outras facções criminosas.

**Justificativa:** Não há indicativos de facções com atuação relevante neste Estado, cuja investigação seja atribuição da Polícia Federal. Em contrapartida, as poucas facções existentes estão atuando mais na prática de crimes da esfera estadual e quando incursionam em nossa esfera de atuação são devidamente reprimidas.

5. Coleta Seletiva.

**Justificativa:** Não foi implementada devido a problemas relacionados à prestação desse serviço na cidade de Manaus/AM;

6. Retirada de material remanescente do PAN

**Justificativa:** Não se aplica a SR/AM;

7. Criação de Comissões Descentralizadas de Avaliação de Documentos.

**Justificativa:** Não se aplica a SR/AM;

8. Material permanente: listas à Comissão Central de Saneamento de Bens;

**Justificativa:** Decidiu-se deixar a criação dessa comissão para o ano de 2010, quando as obras de reforma do edifício-sede estiverem concluídas, uma vez que tais obras têm dificultado sobremaneira as atividades de levantamento de materiais

c) Deixaram de ser atendidas ou foram parcialmente cumpridas 07 (sete) diretrizes, conforme relação e justificativas abaixo:

1. Prestação de informações, em tempo real, acerca de invasões de prédios públicos, fazendas e outros imóveis, por movimentos sociais e indígenas.

**Justificativa:** Ainda existe demora no acionamento. No entanto, com a criação do GPI no ano de 2010, o problema deverá ser resolvido.

2. Especialização e/ou concentração dos IPL's por área investigada.

**Justificativa:** Ainda há um excesso de demandas relacionadas à DELEFAZ. Na medida do possível, os inquéritos estão sendo distribuídos às respectivas delegacias especializadas.

3. Criação do Grupo de Pronto Intervenção (GPI), embora seja faculdade e não obrigação.

**Justificativa:** Parcialmente cumprida. Encontra-se em fase de seleção.

4. Supervisionar investigações a cargo dos subordinados.

**Justificativa:** Com a implantação do CINTEPOL em 2009, o acompanhamento será on-line a partir de 2010.

5. Realizar investigação de lavagem de ativos concomitantemente à do crime antecedente.

**Justificativa:** Estamos buscando o aperfeiçoamento dos critérios adotados para este tipo de informação, uma vez que em muitos casos buscava-se, primeiramente, identificar o crime antecedente.

6. Formalmente não houve a criação do Grupo de Engenharia, conforme IN 05/2009 – DGP/DPF, entretanto três (03) PCF's e um (01) PPF, todos engenheiros civis, foram designados como fiscais da obra de reforma e ampliação do Edifício-Sede da Superintendência, tendo atuado ativamente no acompanhamento das obras;

7. Criação do GRFIN.

**Justificativa:** O GRFIN foi criado em agosto de 2009, subordinado diretamente à DRCOR, composto por dois (02) DPF's e três (03) APF's. Desde essa data o grupo tem se dedicado a investigações voltadas a crimes financeiros. Falta a portaria de instituição do grupo.

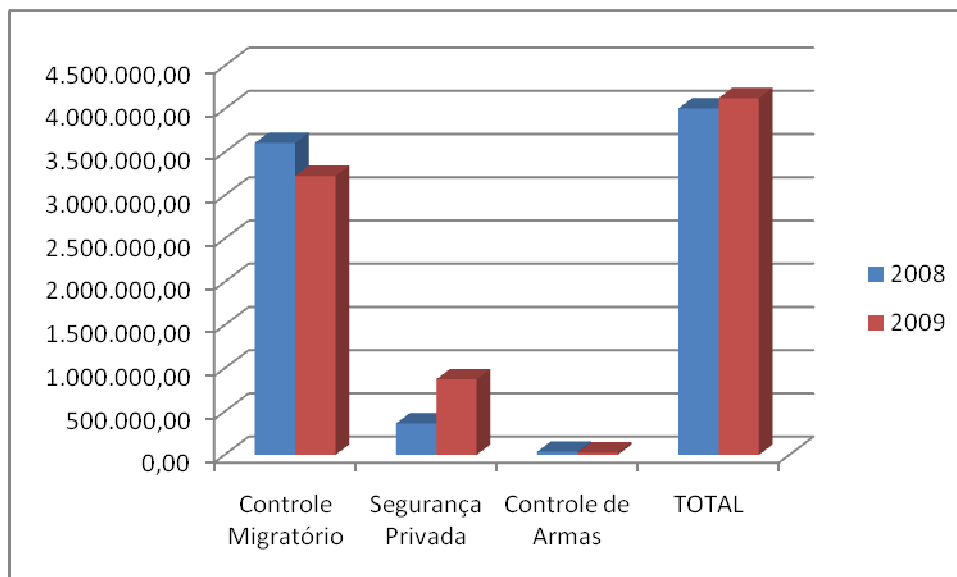
## **14.5 – Arrecadação da área administrativa**

Quadro 66- Arrecadação da Área Administrativa

ATIVIDADES	VALORES EM REAIS	
	2008	2009

Controle Migratório	3.607.911,58	3.226.032,86
Segurança Privada	363.243,55	874.167,92
Controle de Armas	36.664,00	27.180,00
Controle de Produtos Químicos	N.I.	N.I.
<b>TOTAL</b>	<b>4.007.819,13</b>	<b>4.127.380,78</b>

**Quadro 67- Gráfico Arrecadação da Área Administrativa**



As arrecadações demonstradas no quadro acima são provenientes, em sua maioria, de atos de interesse do público externo, ou seja, não há interferência da ação da Polícia Federal no aumento de diminuição da arrecadação.



Em casos específicos é que, após a fiscalização da Polícia Federal, constatada irregularidades em empresas de segurança privada, instituições financeiras e empresas que utilizam e/ou comercializam produtos químicos, são aplicadas multas, ocorrendo o mesmo com os estrangeiros em situação irregular.

O aumento ocorrido na arrecadação referente à segurança privada deu-se em função do acúmulo, desde 2006, dos Autos de Constatação e Notificação de Infração – ACIN, que estavam na Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada, em Brasília/DF, para julgamento,

A queda de arrecadação no controle de armas – SINARM – decorre da edição da Lei 11.706/2008, porquanto alterou o § 3.º, do art. 5.º e o art. 30, da Lei 10.826/2008, concedendo isenção para o pagamento de taxa para os seguintes casos:

a) renovação de registro de armas de fogo, cujos certificados de registro de propriedade tenham sido expedidos por órgão estadual ou do Distrito Federal;

b) registro de arma de fogo para possuidores e proprietários de arma de fogo de uso permitido ainda não registradas.

## ***14.6 – Deficiência de pessoal***

Por fim, convém salientar os esforços que esta SR e a Polícia Federal estão dispensando para prestar um bom atendimento ao público, aos órgãos e instituições públicas, considerando o baixo efetivo de servidores em sua lotação, em especial os servidores do Plano Especial de Cargo, como se pode observar abaixo.

Conforme pode ser verificado no Quadro de Cargo Policial - QCP, publicado em 11/02/2010, a SR/AM conta com um efetivo atual de apenas 192 policiais, com a seguinte distribuição por cargos: 105 APF's, 26 DPF's, 27 EPF's, 24 PCF's e 11 PPF's. Já a DPF/TBT/AM conta com 26 APF's, 4 DPF's e 3 EPF's.

A Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga tem a lotação de apenas vinte e seis (26) agentes, número insuficiente para cobrir toda a sua circunscrição, que engloba vários municípios além de uma extensa área de fronteira com a Colômbia. Tal fato torna quase impossível o atendimento de toda a demanda de trabalho, o que, conseqüentemente, provoca uma prestação de serviço precário à população e fragiliza à segurança pública e Nacional naquela Região, que tradicionalmente é conhecida por abrigar grupos de narcotraficantes transnacionais que atuam na internalização de entorpecentes no Brasil, além de guerrilheiros das Farc's – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Já o número de escrivães três (03) apesar de não ser o ideal, não é tão crítico como o número de agentes.

Já em relação aos Agentes de Polícia Federal da SR/AM, constavam 105 APFs que é um número muito aquém do ideal para o atendimento das necessidades operacionais do Amazonas, maior Estado da Federação.

O número de escrivães também é insuficiente para atender às demandas cartorárias desta Unidade. Assim, a maioria dos escrivães, atualmente, trabalha as demandas de mais de uma delegacia, o que além de sobrecarregar tais profissionais prejudica a produtividade da unidade como um todo.

Por fim, temos os servidores do Plano de Cargos Especial – PEC que somam 56 (cinquenta e seis), número diferente do encontrado no Quadro 45, disponibilizado pela DGP/DPF em dezembro de 2009, em virtude de quatro (04) servidores terem sido exonerados para assumirem cargos em outras instituições.

O número reduzido de servidores do PEC tem trazido grandes prejuízos a quase todos os setores. Entretanto para o Setor de Administração e Logística Policial – SELOG – tais prejuízos tem sido mais sérios. A **Comissão Permanente de Licitações** possuiu apenas dois (02) servidores administrativos; a **Gestão de Contratos**, apenas um (01) administrativo; o **Núcleo de Execução Financeira**, dois (02) sendo que uma servidora optou por redução de carga horária. Assim, a fim de amenizar os prejuízos de tamanha deficiência de servidores administrativos, quatro (04) policiais, atualmente, atuam no SELOG, na área-meio.

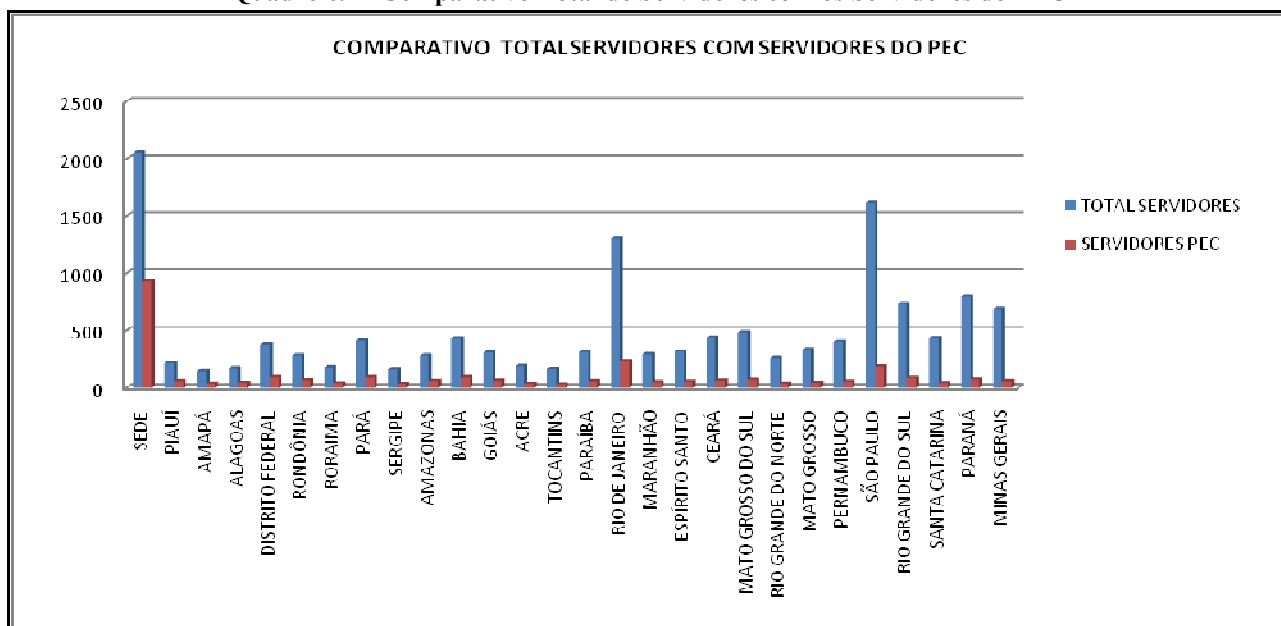
Brevemente, **mais três (03) servidores do PEC deverão pedir exoneração**, visto que os mesmos foram aprovados em concurso público para a Polícia Civil do Estado do Amazonas, aguardando o curso de formação e posterior nomeação. Dois (02) desses servidores são lotados no SELOG, um na Comissão Permanente de Licitações e outro na Gestão de Contratos.

Tal fato releva que esse quantitativo de servidores administrativos é insuficiente para a real necessidade desta Regional, fato que ocasiona além do redirecionamento de policiais com formação específica a contratação de terceirizados para exercerem essas funções destinadas àqueles servidores.

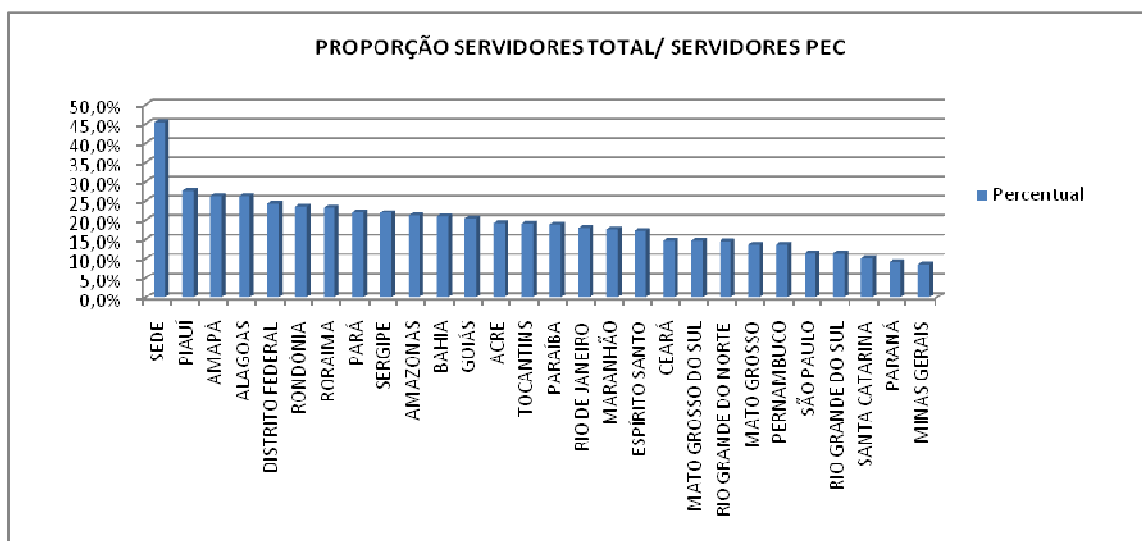
**Quadro 68 – Quadro total de servidores x quadro dos servidores do plano especial de cargos**

ESTADO	TOTAL	PEC	PROPORÇÃO TOTAL/PEC
<b>SEDE</b>	<b>2053</b>	<b>932</b>	<b>45,4%</b>
PIAUÍ	216	60	27,8%
AMAPÁ	149	39	26,2%
ALAGOAS	172	45	26,2%
DISTRITO FEDERAL	378	92	24,3%
RONDÔNIA	284	67	23,6%
RORAIMA	180	42	23,3%
PARÁ	411	91	22,1%
SERGIPE	164	36	22,0%
<b>AMAZONAS</b>	<b>283</b>	<b>60</b>	<b>21,2%</b>
BAHIA	435	91	20,9%
GOIÁS	309	63	20,4%
ACRE	192	37	19,3%
TOCANTINS	167	32	19,2%
PARAÍBA	312	59	18,9%
RIO DE JANEIRO	1305	236	18,1%
MARANHÃO	293	52	17,7%
ESPÍRITO SANTO	317	55	17,4%
CEARÁ	443	65	14,7%
MATO GROSSO DO SUL	484	71	14,7%
RIO GRANDE DO NORTE	263	38	14,5%
MATO GROSSO	336	46	13,7%
PERNAMBUCO	402	55	13,7%
SÃO PAULO	1617	187	11,6%
RIO GRANDE DO SUL	737	85	11,5%
SANTA CATARINA	437	44	10,1%
PARANÁ	797	73	9,2%
MINAS GERAIS	690	59	8,6%

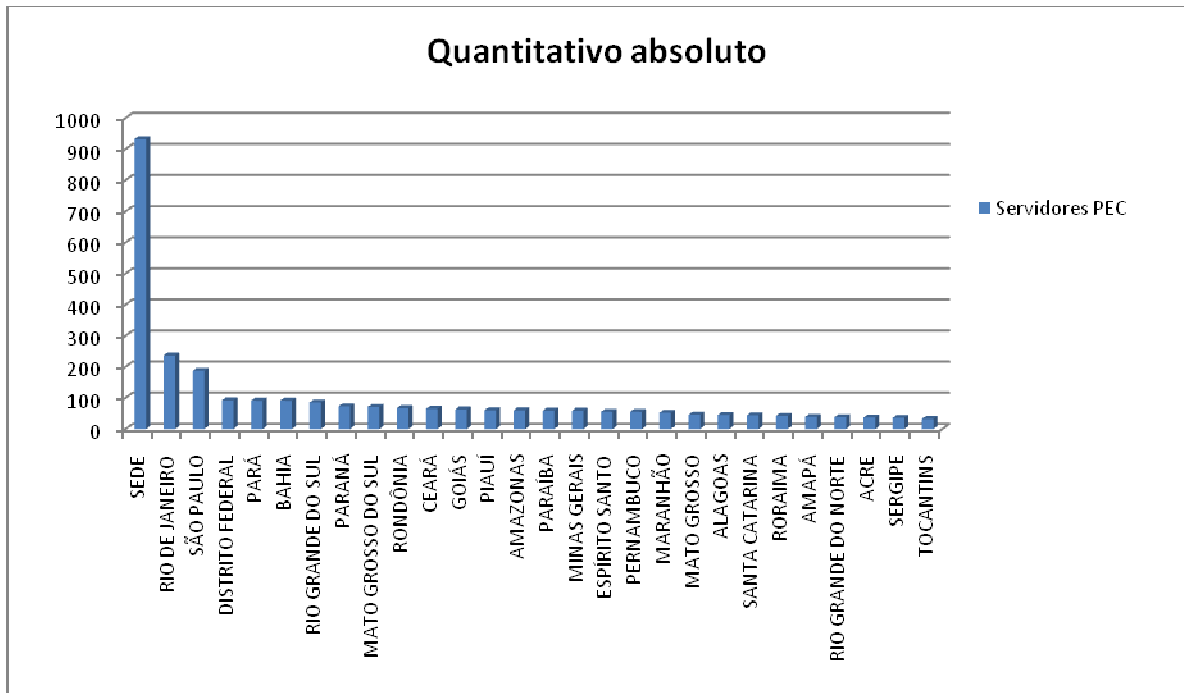
Quadro 69 – Comparativo Total de Servidores com os Servidores do PEC




Quadro 69 – Proporção Servidores total/ Servidores do PEC



**Quadro 69 – Quantitativo Absoluto de Servidores do PEC**




  
**ARNALDO GONÇALVES CABRAL**  
 Agente de Polícia Federal  
 Chefe do Setor de Administração e Logística Policial  
 Matrícula 13.505

  
**SÉRGIO LÚCIO MAR DOS SANTOS FONTES**  
 Delegado de Polícia Federal  
 Superintendente Regional  
 Matrícula 6.264

## PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - AM	200382 - 200383
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li><li>– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Local: Brasília/DF</b>	<b>Data: 18/02/2010</b>
<b>Contador Responsável:</b>  <b>GLADSTON GUIMARÃES NAVES</b>	<b>CRC nº DF-12534/O-8</b>